Manuel de Lucena

Análise Social, vol. XIII (51), 1977 - 3.º, 541-592

A revolução portuguesa: do desmantelamento da organização corporativa ao duvidoso fim do corporativismo

ESCLARECIMENTOS

Este artigo — cujo extenso título pede várias explicações, que aos poucos irei dando — constitui a versão portuguesa da terceira e última parte de uma tese de doutoramento em vias de conclusão na Universidade de Paris I. Em boa verdade, antes se trata de uma coda, que aparece *hors d'œuvre* no texto francês. Mais comprida: aqui abrevio, apesar de tudo, um pouco, poupando coisas óbvias para compatriotas, bem como, por outro lado, alguns desenvolvimentos jurídicos e certas estatísticas que me pareceram dispensáveis. E ainda a parte puramente descritiva de uma sumária apresentação, a leitores estrangeiros, da Constituição de 1976.

Esta tentativa de descrever e interpretar — colhendo-o em pleno e incerto andamento — o processo desencadeado em 25 de Abril de 1974 prolonga um análogo ensaio, analogamente arriscado, que teve por objecto a trajectória do deposto regime. Em 1971, essa tentativa deu azo a um primeiro escrito, apresentado no Institut de Sciences Sociales du Travail. Sob o título geral de *A Evolução do Sistema Corporativo Português*, já existe uma tradução dele em dois volumes, respectivamente institulados *O Salazarismo* e *O Marcelismo* [1]. Ora a tese mantém a linha geral originária, quer na primeira quer na segunda parte. Mas introduz melhorias significativas. Entre elas quero salientar três novos capítulos: sobre os organismos de coordenação económica ligados à lavoura; sobre as relações da organização corporativa com o condicionamento industrial, e sobre o destino dos capitais

[1] Lisboa, Perspectivas e Realidades, 1976. Em francês, o segundo volume chamava-se, mais exactamente, *Le nouveau cours*. E a verdade é que, sob vários aspectos, um «novo curso» se esboçara ainda no tempo de Salazar, embora sem «liberalização».

da Previdência. Todos dizem respeito, como quer o marxismo, às coisas sérias da vida, económicas, pelo que talvez contribuam para um convincente enraizamento do discurso político e institucional. Continuo, porém, na minha de privilegiar o Estado e as instituições, bem sabendo quanto é difícil persuadir incréus.

A tese levará ainda, logo à entrada, um inventário crítico do neocorporativismo contemporâneo, com a discussão, nomeadamente, de alguns nomes que por vezes procuram fugir à coisa (*participation, industrial partnership,* etc.) e uma análise da *vexata quaestio* do poder regulamentar autónomo que definiria as verdadeiras (?) corporações [2]. Também na introdução, espero ainda ter tempo para refinar a teoria do fascismo, assim respondendo a algumas objecções que me têm sido feitas.

Para tudo isto chamo a atenção de quem, à leitura dos dois aludidos livros, tenha ficado saudavelmente insatisfeito. Mas no fundo continuo fiel à inspiração que os animou. Um espírito maligno talvez dissesse que agora, em 1977, apenas se regista uma certa renovação na continuidade. *Honni soit....*

Na tese, a ordem de exposição das matérias é a seguinte, reproduzindo a que preferi na exposição do salazarismo e do marcelismo:

I) Introdução teórica;
II) Constituição da 3.ª República Portuguesa;
III) O desmantelamento da velha organização corporativa;
IV) A evolução do direito do trabalho;
V) Da Previdência dispersa à Segurança Social integrada.

Nesta versão portuguesa, tal ordem altera-se um pouco, pois publicarei o capítulo V, relativo à Previdência, antes dos III e IV, cuja investigação é mais complicada e se atrasou um pouco, em parte por também se ter atrasado, na Assembleia da República, a discussão de alguns diplomas fundamentais: greve, despedimentos, comissões de trabalhadores...

I — PANO DE FUNDO E PISTAS DE REFLEXÃO

Depois de longamente termos analisado a evolução do sistema corporativo português, primeiro no tempo de Salazar e depois no de Marcello Caetano, cabe agora proceder ao cuidadoso exame da sua liquidação, para, através dela, adivinharmos que novas instituições tomam o seu lugar — e que sentido farão elas.

Tal como nos capítulos precedentes — e relembrando, reformulando ou aperfeiçoando aqui algumas bases da minha anterior reflexão —, tentarei, antes de mais nada, situar o jogo propriamente institucional, que é jurídico-político, no quadro mais

[2] Esquecidos de que nem as corporações portuguesas nem as do fascismo italiano dispuseram alguma vez de um tal poder, há, com efeito, críticos que dela fazem a condição de existência do verdadeiro corporativismo e que só por isso negam o carácter neocorporativo de alguns regimes europeus.

vasto (e, sem dúvida, determinante) da complexa transformação socieconómica e cultural que em Portugal se regista. Algo paradoxalmente, aproveitarei todavia o ensejo para também reincidir no «institucionalismo» que desde o início caracterizou todo o meu trabalho. Mais adiante hei-de esclarecê-lo e delimitá-lo um pouco melhor.

1. TRÊS ANOS DE CONTINUIDADE E RUPTURA

Deposto em poucas horas, e praticamente sem dor, no dia 25 de Abril de 1974, o antigo regime tem tido, não obstante, uma morte lenta e difícil. Três anos volvidos, é verdade que a organização corporativa já está bastante desmantelada: foram efectivamente extintos os seus organismos superiores (as corporações e a Câmara), muitos dos intermediários [3] e, de entre os primários, os grémios obrigatórios; ao passo que as casas do povo perderam, com algumas das funções que tinham (em matéria de contratação colectiva e de previdência), bastante do seu cunho anterior. Mas, apesar de tudo isto, o desmantelamento ainda está longe de poder considerar-se completo, pois alguns corpos resistem firmes à mudança; outros manifestam uma inesperada capacidade de adaptação, e outros ainda deixavam, ao desaparecer, um tão perigoso vazio, que os novos governantes tiveram de adiar a sua extinção ou de prover para que ela não fosse «pura e simples». Para fornecer alguns bons exemplos de todas estas coisas, basta referir a inesperada estabilidade dos nossos sindicatos primários [4] (bem como a poderosa tendência neo-unicitária que se manifesta no mundo sindical); a permanência dos organismos de coordenação económica e a das comissões corporativas, que agora se chamam de conciliação e julgamento; a manutenção, apesar de tudo, das casas do povo, tendo-se até criado algumas novas; e, enfim, a impossibilidade, até agora verificada, de acabar com a maior parte dos grémios da lavoura, por transferência para cooperativas das funções que interessa manter — o que logo nos traz à memória o diverso caso dos grémios do comércio e indústria. Estes últimos não foram extintos nem transferidos, antes se transformaram com certa facilidade em associações patronais. Mas é caso para justamente nos perguntarmos até que ponto essa transformação não terá sido só nominal...

Ter-se-á reparado, ao longo destas breves enumerações, que a extinção, expedita no topo, se vai tornando mais problemática à medida que nos aproximamos da base. Eis o que adiante nos dará pano para mangas. Mas algo mais intrigante deve ser mencionado já. E são aqueles casos em que não está em causa

---

[3] Como, por exemplo, as federações de casas do povo e também a maior parte das dos grémios ou as velhas uniões de sindicatos (as novas são organismos de base local, que nada têm a ver com as anteriores).

[4] No organograma sindical, a grande inovação foram os sindicatos agrícolas e de funcionários, anteriormente proibidos; bem como as uniões locais e a confederação. Mas os antigos sindicatos nacionais primários mantêm-se, salvo umas poucas verticalizações. E a maior parte das respectivas federações vêm de antigamente.

nenhuma resistência à extinção; e em que, todavia, topamos com notáveis elementos de continuidade entre o que hoje se desenha e aquilo para que evoluía, embora por vezes sem o saber e de mau grado, o deposto regime. Em nenhum lugar isso é tão claro como em matéria de segurança social, apesar de a primitiva Previdência, concebida como parte integrante da organização corporativa, se afigurar, num certo sentido, o oposto da segurança social moderna; e de se ter querido antigamente mantê-la distinta do Estado, ao passo que hoje estará na forja uma integração nele.

No capítulo III desenvolverei este tema, tomando como ponto de partida alguns textos publicados em 1971 e, portanto, insuspeitos de oportunismo, em que analisava a transformação em acto da nossa Previdência num serviço público de segurança social. Mas quero desde já prevenir um mal-entendido (e um motivo de ofensa aos construtores do novel sistema integrado): não estou de modo algum sugerindo que tudo continua como dantes em Abrantes, ou sequer que algo superficialmente muda para todo o essencial ficar na mesma. Nem se trata de uma «renovação na continuidade». Aliás, Marcello Caetano, precisamente porque nada queria ou nada ousava romper, pouco renovou afinal. Ao passo que, agora, as modificações são de tomo, embora nem sempre as que se julga e nem todas felizes; e aos poucos iremos vendo que mesmo a mais profunda continuidade parece filha da ruptura. Estava, pelo menos, incapaz de realizar-se (a continuidade) sem ser através de uma revolução.

Em semelhante ordem de ideias, interessa igualmente considerar o caso da recente constituição de toda uma série de organismos tripartidos ou quadripartidos de participação e de consulta ministerial ou interministerial nos quais tomam assento funcionários públicos, representações dos sindicatos e/ou dos trabalhadores e representantes das associações patronais. Por vezes, o quadro é até mais largo, nele cabendo representantes de consumidores, de associações familiares, de autarquias... Citam-se, dentre os já criados, o Conselho Nacional de Rendimentos e Preços, o Conselho Nacional da Agricultura e o Conselho Nacional do Comércio Externo; e, dentre os previstos ou projectados, os Conselhos Nacional e Regional da Segurança Social, bem como análogos organismos ao nível das administrações distritais dos Serviços de Saúde e junto do respectivo secretário de Estado. Analogamente, vários organismos de coordenação se preocupam hoje com o preenchimento do váculo deixado pela desaparição dos conselhos gerais, cujos membros provinham das extintas corporações. Por toda a parte se vai assim manifestando uma exigência de participação e de «concertação» que os poderes públicos acolhem diversamente, por vezes em termos hesitantes ou subalternizantes, mas cuja satisfação pressupõe, em qualquer caso, a definição dos critérios de uma adequada representatividade dos interesses de classe e dos grupos socioprofissionais: uma representatividade desejavelmente mais autêntica, mas não menos certa e, se possível, mais eficaz do que a de antigamente.

Eis o que esboça, em suma, um quadro assaz europeu, que talvez possa situar-se numa linha de desenvolvimento democrático,

portanto nada fascista, mas tendendo, não obstante e muito neocorporativamente, para uma colaboração de classes, talvez «conflitual», mas permanente e orgânica, a todos os níveis (o da empresa, o dos ramos de actividade, o da região e o do País inteiro), entre as diversas classes e grupos sociais. Disse «tendendo»... Não digo que necessariamente se tenha de chegar, entre nós ou lá fora, ao fim da tendência, bem sabendo que, na pintura total, se dão elementos hostis. Sobre tudo isto já me tenho explicado e ainda voltarei daqui a pouco a fazê-lo [5]. Mas adiante.

Como se nada disto bastasse, uma observação atenta da vida política nacional leva-nos a pressentir que, apesar de todos os votos descentralizadores e regionalizantes — e nunca foram tão numerosos —, o Estado português ameaça hoje evoluir de acordo com a tendência autoritária, expansionista, e com o centralismo minucioso e absorvente que nele desde há muito se alberga e predomina [6]. Ao passo que a sociedade civil, cujas estruturas foram profundamente abaladas, embora não destruídas, pelo processo revolucionário, parece por vezes prestes a cair-lhe desamparadamente entre mãos. Decerto convirá não cedermos facilmente às primeiras impressões, que talvez venham a esbater-se se o País sair da crise económica e a Nação ultrapassar depressa a perplexidade em que a descolonização a deixou. Nem se esqueça, por exemplo, que durante o Verão e o Outono quentes de 1975 se desiludiram redondamente os que tinham jogado na passividade de populações supostamente inermes perante os detentores do poder. A esses, até o ventre mole do campesinato lhes saiu mosqueiro, sobretudo entre Rio Maior e o rio Minho. Mas esta lembrança também pode iludir. Em se agravando, a crise económica desorientaria e condenaria à impotência muita gente que por ora ainda se mexe por si. E o Estado já não parece, como antes do 25 de Novembro parecia, um agente da revolução. Ao princípio, o intervencionismo económico salazarista também foi mal visto pela iniciativa privada, temerosa de um «bolchevismo branco». Mas isso mudou: Pedro Teotónio Pereira conta [7] que, ao chegarem a Portugal os ventos da grande crise de 1929, inteiros sectores económicos correram para a sombra dos públicos poderes e por um pouco os empresários lhes teriam cedido as empresas, em troca de emprego certo e aposentação garantida...

Seja como for — e mesmo que o desamparo deles não venha a ser total —, sobram poucas dúvidas de que o Estado português, durante os anos que aí vêm, anos de crise ou de recuperação, irá actuar como planificador e massagista encartado de toda a economia nacional; e como poderoso árbitro das partilhas e das disputas sociais. Cumpre notar a propósito — tema a que volta-

---

[5] Para melhores esclarecimentos, o leitor curioso ou inquieto poderá consultar a introdução do meu livro *A Evolução do Sistema Corporativo Português*, vol. I, pp. 189 e segs.

[6] E a cada nova revolução se reforça, quer ela venha da direita quer da esquerda. Neste particular, os liberais, os republicanos e os salazaristas quiseram coisas diferentes, mas fizeram-nas bastante iguais.

[7] Em *A Batalha do Futuro*.

rei — que se regista um certo equilíbrio de forças, ou, melhor, de fraquezas, entre as diversas classes e grupos sociais em presença, nenhum deles estando capaz de, por si só, monopolizar o poder ou impor uma hegemonia. Disso estamos provavelmente mais longe ainda em 1977 do que em 1933 — e a situação promete durar. Daí a excepcional autonomia que o Estado mantém entre nós; e também a continuação de uma obsessiva referência às forças armadas.

De modo que, favorecendo estes ou aqueles (ou hoje estes e amanhã aqueles), caberá aos poderes públicos o exercício de uma espécie de tutela dos mais variados interesses. Caber-lhes-á, pelo menos, *levar* as classes e grupos sociais a colaborar na obra de reconstrução nacional; ou então, pelo mais, *forçá-los* a isso. Neste sentido, terão de ir criando ou suscitando, por vezes a partir dos que havia, novos organismos e mecanismos de auscultação e de negociação ou «concertação» permanente.

As novas autoridades achar-se-ão assim, *volens nolens*, numa posição que apresenta certas aborrecidas similitudes com a dos nossos ex-governantes. Pois, se quiserem e puderem fomentar uma voluntária e desembaraçada colaboração das classes, em que o Estado não pese excessivamente e em que abertamente se exprimam (e simultaneamente se contenham, ou até superem) as contradições e os conflitos, causarão inveja ao exilado Marcello Caetano, cuja frágil vontade política ia nesse centido. Senão, o controlo estatal tenderá a tornar-se muito apertado e, enfim, opressivo — chegando a causar saudades do longo consulado salazarista.

A visão desta sombria possibilidade procede de diferentes mas convergentes razões, que só mais adiante se expõem. Não interessaria fazê-lo antes de termos procedido a um mais rigoroso enquadramento teórico do problema da continuidade e da ruptura, daquilo que morre com o antigo regime e do que dele transita ou mesmo se aperfeiçoa através da revolução.

2. ANTIGO REGIME E REVOLUÇÃO

A ideia fundamental que orienta esta investigação é a seguinte: a de que o Estado Novo resolveu mál, mas formulou bem, uma questão decisiva do nosso tempo, que nem o pensamento liberal clássico nem os de inspiração marxista ou libertária, seus descendentes, têm sido capazes de consistentemente pensar: refiro-me ao problema do Estado, na sua articulação com os corpos sociais intermédios, que conferem espessura e substância à existência individual do cidadão. À revelia desses corpos — que é certo o não absorvem... —, o conceito de cidadão assume aquele carácter abstracto e fantasioso, mistificatório, que tantas censuras tem merecido, embora demasiado frequentemente elas só sirvam desígnios liberticidas. Com esta importante reserva, deve reconhecer-se que a sociedade e o Estado não repousam em contratos efectivamente celebrados por meros indivíduos, nem podem ser cabalmente explicados pelo contratualismo individualista. Aliás, quase toda a gente o reconhece hoje em dia — e daí até alguns notáveis esforços neoliberais de inovação e superação, como os

que procuram desenvolver, generalizando-a, a teoria e a prática dos contratos colectivos... Ora é muito duvidoso que o neoliberalismo, para efectivamente superar, não tenha a páginas tantas de trair em pontos decisivos a originária inspiração. Mas atravessa esse mau passo numa ilustre companhia. Pois, se bem repararmos, a postura exemplar dos defensores de um «compromisso histórico» entre marxistas e não marxistas não é, no fundo, outra, nem o caso italiano constitui um caso isolado. Apenas manifesta com particular clareza e decisão a existência de problemas que noutras paragens são abordados de viés ou às arrecuas.

Com efeito — e pense-se, de resto, o que se pensar acerca da origem liberal (ou não) dos colectivismos marxista e anarquista —, a verdade é que o anarquismo e o marxismo não atribuem ao problema que nos ocupa o estatuto teórico que ele merece, pois não vislumbram nem a decisiva importância nem a permanência que ele deveras tem. E porquê? Por duas razões: à uma, porque ambos acalentam uma contraposição frontal e simplista entre duas entidades (a sociedade e o Estado) cuja cada vez maior interpenetração viria imprevistamente caracterizar as sociedades contemporâneas; e, à outra, porque ambos condenam uma delas ao desaparecimento. É verdade que o fim do Estado assume uma urgência diversa, maior para uns do que para outros. Mas quer uns quer outros se condenam à atitude intimamente antipolítica que, conferindo a todas as relações «estaduais» um carácter essencialmente provisório, os condena à partida a desvalorizá-las; e a tratá-las, quanto muito, no âmbito fortemente preconcebido de uma *teoria da transição*. O mais das vezes, esta teoria surge assaz serviçalmente submetida aos temas dominantes da estratégia, da táctica e da organização revolucionária. Mas, mesmo quando assim não seja, nunca encara as relações entre o Estado e os corpos sociais intermédios como o dado estrutural e permanente, o problema inelidível que constituem, em constante processo de aprofundamento e multiplicação.

Claro que a posição anarquista é a mais frágil, na sua ânsia de iniciar «já» a definitiva liquidação do próprio Estado. O marxismo concebe uma transição longa, no decurso da qual até pode suceder — e tem sucedido — que a instância jurídico-repressiva «transitoriamente» se reforce. Eis o que concede um certo tempo para reflectir sobre ela, mas não (em princípio) um diverso espaço teórico. O que eventualmente pode suceder é que, perante as dificuldades verificadas durante a transição ou (no Ocidente) perante as que têm impedido a conquista revolucionária do poder, o pensamento marxista esboce consideráveis revisões, que acabam pondo em causa, confessadamente ou não, alguns aspectos fundamentais da ortodoxia. Parece-me estar sendo caso disso no âmbito da decantada via italiana para o socialismo, e a coroar um demorado processo, cujas raízes teóricas remontam à obra de Antonio Gramsci. Oposta a uma estratégia de brusca ruptura dos tecidos sociais e de rápida conquista do poder central, a opção gramsciana em favor de uma guerra de posições, com a prévia conquista, «casamata por casamata», das instituições decisivas da sociedade civil, implica, a meu ver, duas coisas: em primeiro

lugar, que a sociedade civil já é em Gramsci o que não era em Marx, a saber: uma sociedade política — assim se ultrapassa a dicotomia tradicional que a opunha ao Estado; em segundo lugar, é mediante esta promoção dos corpos sociais intermédios de que ela se compõe que se começa a pôr em causa a profecia libertária. Em todo o caso, é muito significativo que nada disto fosse claro à partida, nem seja ainda pacífico. Mas, de qualquer modo, o Estado deixa de ser tratado *en passant*...

A visão teórica do inevitável e/ou desejável desaparecimento do Estado assenta num seu isolamento da sociedade, que não reflecte o que na realidade se dá. E corresponde ao revolucionário desígnio de construir um sistema de relações sociais de todo em todo novas, de viver uma vida radicalmente diferente. Torna-se difícil descortinar onde estão neste caso a galinha e o ovo, mas ambas as atitudes engendram uma disposição evidentemente pouco propícia ao registo e à interpretação das situações e dos factos que atestam a sobrevivência do passado na revolução. A revolução visa um sagrado, e o sagrado é, como se sabe, o absolutamente outro, sedutor e terrível... A esta luz, o passado é o mal, sobretudo se recente. E o que dele permaneça só pode ser imputado a três causas, que todas se sabem (ou desejam) ultrapassáveis e passageiras: a resistência dos reaccionários, a corrupção (desvio) dos revolucionários ou a natural inércia do bom povo. Certamente, há que dar tempo ao tempo, mas a vitória é certa, de sabor proporcional às dores do parto.

Por isso, há que depor a grande ilusão revolucionária, para se efectuar o sereno balanço de uma revolução, saber-se o que ela fez. E mais ainda para captar em movimento a sua direcção provável, saber-se o que ela faz, antes que esfrie. Tem por isso perfeito cabimento a sensação hostil que o pessoal revolucionário costuma experimentar perante tentativas deste género, evidentemente incompatíveis com as suas paixões, desfavoráveis às suas ambições e cujo êxito intelectual seria de mau agouro. Mas repare-se: de mau agouro para quem? Pois, para os revolucionários e para a ideologia que os sustenta, não forçosamente para a revolução enquanto brusca ruptura social e política que apenas traz o que pode; e que nem por desiludir as desmedidas expectativas deixa de ser «quem» é.

Adiante direi em que sentido julgo poder falar-se em revolução a propósito dos acontecimentos desencadeados em Portugal pelo 25 de Abril. Sustentarei então, nomeadamente, que se tratou (ainda se trata) de uma revolução desatempada — e mesmo, até certo ponto, «inexistente» —, numa mistura de elementos serôdios e de fenómenos precursores. Eis o que sem dúvida complicará os nossos juízos sobre o passado, bem como as previsões acerca do que o futuro nos reserva. Mas não vou obcecar-me a pôr em causa a pura essência do processo: apenas tentarei medir, no concreto, o seu exacto alcance. Em definitivo — e como já disse —, não concluo pela tese de que estamos perante uma nova (e esta verdadeira) «renovação na continuidade», por muito que tal seja tentador ou até, quanto a alguns factos registados e a certas soluções esboçadas nos últimos três anos, amplamente merecido.

Mas são coisas parciais e só por sumário desencanto se deduziria delas uma analogia global. Tudo visto e considerado, nem sequer há que ceder ao modo interrogativo («continuidade *ou* ruptura?») a divisa deste artigo, introduzindo hamletianas perplexidades sobre se foi revolução ou não foi e se valeu a pena ou quê... Mais fecundo me parece avançarmos copulativamente pela «continuidade *e* ruptura», que não têm de se excluir e uma pela outra porventura se explicarão. Saliento, enfim, que a expressão vai no singular. Pois o plural, excessivamente vago (*«continuidades* e *rupturas»*), antes sugeria a elaboração de um mero catálogo de semelhanças e diferenças entre o antes e o depois do 25 de Abril. Quando muito, dar-se-iam explicações avulsas sobre umas e outras, sobre a origem e o peso das resistências à mudança, sobre a melhor maneira de as vencer, etc. Ora tudo isto é útil, mas escasso: nada nos diz da relação essencial entre destruir e manter...

Cum grano salis, e guardadas as devidas proporções, o propósito que me anima releva de uma lição de Tocqueville, segundo a qual uma revolução, por muito grande que seja, inova menos do que geralmente, e à primeira vista, se supõe. A grande Revolução Francesa destruiu o sistema feudal e a monarquia absoluta, transformando do mesmo passo o espírito público, a ponto de este ficar irreconhecível; e abalando vaga após vaga toda a Europa. Pode até dizer-se que todas as revoluções posteriores a desenvolvem ou combatem, pelo que os seus efeitos ainda hoje se fazem poderosamente sentir no mundo inteiro. E, no entanto, se atentamente examinada, revela-se sob vários aspectos a legítima herdeira do regime que a precedeu. Tocqueville demonstra nomeadamente que a violenta convulsão política fora precedida por uma lenta e silenciosa revolução administrativa. O movimento de centralização vinha de muito longe, com as suas instituições características (a jurisdição administrativa e a tutela, a garantia dos funcionários, etc.), tendo podido «introduzir-se entre os antigos poderes para suplantá-los sem os destruir». Não foi assim, de modo algum, uma criação especificamente revolucionária: a revolução, e depois o Império, apenas retomaram e reforçaram, neste particular, a obra unificadora e uniformizadora dos reis. Ora este particular é de transcendente importância geral: nada menos do que um aspecto decisivo da construção do Estado moderno, ao pé de cuja soberania empalidecem os sóis do absolutismo.

É um Estado nacional. Em 1789, a *nation par excellence* atingira uma perfeição para a qual desde há muito tendia — e Napoleão viria prosseguir, sob novas formas e num diverso contexto, servindo-se do prestígio revolucionário, a política estrangeira da monarquia. Eis outro «particular» em que a revolução afinal condiz com os esforços hegemónicos anteriores. E o exemplo frutificou: por exemplo na Rússia Soviética, quando Estaline entrou na calha imperialista dos czares...

Noutros e não menos interessantes aspectos, a continuidade complica-se: não tanto por desde logo se afigurar parcial, quanto por ser inseparável do seu contrário. É certo, por um lado, que a

divisão das terras não data da revolução. Muito antes dela, o camponês não só deixara de ser um autêntico servo da gleba, como acedera à propriedade: por meados do século XVIII já existia em França, Necker *dixit*, «um nunca acabar de pequenos proprietários livres». Mais tarde, quando se partilharam os despojos do clero, a grande maioria dos adquirentes provêm desta gente já instalada. Mas eram homens embaraçados por muitas servidões e dependências, das quais a Revolução veio livrá-los.

Por outro lado, também há indícios de um grande desenvolvimento industrial e comercial nos vinte anos que imediatamente precederam 1789. E parece que Bordéus preocupava Liverpool... Mas as barreiras interiores permaneciam. Só a Revolução conseguiu dar definitivamente cabo delas, unificando, enfim, o mercado nacional.

Estes dois casos acabados de citar evidenciam o íntimo nexo entre a destruição do *ancien régime* e a plena eclosão de tendências que ele albergara e alimentara no seu seio. Ora são dois casos económicos. Mas que têm perfeito equivalente na ordem política. Senão vejamos.

A monarquia absoluta abateu a Fronda, subordinou a nobreza, arruinou-a em Versailles, encurtou sensivelmente os poderes e as prerrogativas feudais. Mas atenção: não os varreu. Apenas determinou, perigosamente, uma situação em que esses poderes e prerrogativas estavam a perder — e depressa — qualquer contrapartida e legitimação em termos de dever, pois deixavam de corresponder ao desempenho de qualquer necessária função social: de defesa, justiça ou administração. Os funcionários reais invadiam paulatinamente todas as esferas de que a nobreza em tempos cuidara. E daí um pendor para a igualização de todos os súbditos perante a regulamentação burocrática, sendo igualmente certo que todas as distinções sociais se ofuscavam ante a majestade do rei, que era a lei. Agudamente, Tocqueville observa até que a ideia de formar uma só classe teria agradado a Richelieu. Mas, apesar disso, os privilégios resistiam, a igualdade jurídica não podia considerar-se adquirida. Os direitos não passavam muitas vezes de expectativas suspensas do arbítrio de autoridades, que, em última instância, se referiam sempre ao poder real [8]; e graves entre todas eram as exacções e incongruências fiscais... Suprimir esse arbítrio, eis outro passo que só a Revolução soube dar. Antes dela não há cidadãos.

Sob Luís XVI, o despotismo amainara e a Bastilha despovoava-se [9], embora o seu odioso aumentasse; este monarca, que só prometeu reformas e cujos governos «apuravam a educação revolucionária do povo ao tentarem aliviá-lo», procurava no fundo adequar-se à opinião pública. Mas continuava, não obstante, a

---

[8] «O pobre já estava melhor protegido do que se pensa contra as ofensas do rico [...] mas, se o negócio era com o Estado, só achava tribunais excepcionais, juízes preconcebidos [...] uma sentença executória e sem apelo [...]»

[9] Michelet conta meia dúzia de presos lá dentro no dia da tomada, entre os quais um louco que se intitulava «o major da imensidão».

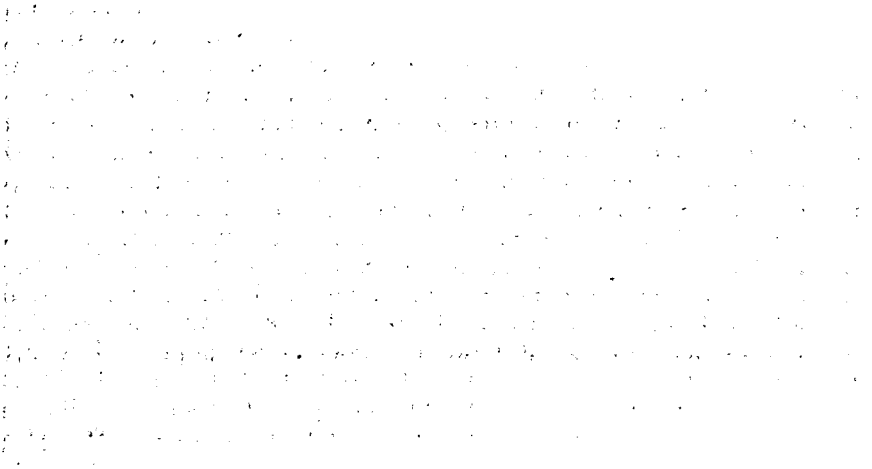
falar como amo e senhor de direito divino. Decerto era o Estado, nos termos da ideologia absolutista. Porém, o Estado moderno, para realizar a sua essência própria e engendrar um poder ainda maior, ia ter de romper com ele.

Estou a alongar-me um tanto na exposição de Tocqueville e a multiplicar exemplos da mesma coisa. Porquê? Antes do mais, para assentar algo melhor um ponto de partida teórico: convém sobretudo sugerir que a Revolução, ao assumir e desenvolver formas do *ancien régime* — e para poder fazê-lo —, liquidou impiedosamente todas as instituições de um certo tipo, a saber: as ditas feudais. E depois quero introduzir no espírito do leitor, com muita cautela, algumas recordações do nosso passado próximo.

Num aparente paradoxo, Tocqueville alinha a prosperidade pública entre as causas da Revolução. Diz que essa prosperidade caracterizou decisivamente os vinte anos anteriores a 1789, sendo tão notável que até nos deve espantar, sobretudo «se pensarmos em todos os vícios de que o governo ainda enfermava». Salienta, além disso, que a riqueza se desenvolveu então mais depressa do que em nenhuma das épocas posteriores à Revolução. E também conclui, generalizando ousadamente, pela afirmação de que um qualquer deposto regime vale quase sempre mais do que aquele que imediatamente o precedeu. Em política, melhorar não equivale necessariamente a sobreviver. Nem se derruba o mau, mas sim o fraco. Eis o que nos merece, a nós Portugueses, um minuto de atenção.

Tocqueville observa e explica, olhando para a França pré-revolucionária, o acastelar da Revolução. Quando a riqueza aumenta e o despotismo se tempera [10], vê que «os espíritos parecem contudo mais desequilibrados e inquietos, que o descontentamento público se azeda e cresce o ódio contra todas as antigas instituições». Tudo se passa como se os Franceses se achassem num jugo tão mais insuportável quão mais ligeiro afinal... Mas, no fundo, isso era natural. Por um lado, ao ver decair os senhores e desbravarem-se as novas vias da fortuna, «cada qual se inquieta e agita na sua condição e se esforça por mudá-la». Tem, de resto, a incitá-lo o rei em pessoa (inspirado por Turgot), que discursa sobre a lei natural e os direitos humanos, chegando mesmo, numa implícita incitação à desobediência, a declarar de *per si* inválidas quaisquer ordens que lhes sejam contrárias. Alheias, claro está... Ora, por outro lado, também é verdade, numa sociedade em reforço, que os fracos não comem direitos e vão ficando cada vez mais sós. No século XVIII dá-se uma crise nas instituições de assistência eclesiásticas e senhoriais: nos campos ninguém mais se achava obrigado, por lei, a ocupar-se dos pobres; eis outra tarefa a que o governo central se atrelou. (E os jacobinos terão uma noção providencial do Estado...) Mencione-se, enfim, a crise da ordem corporativa: numa posição indecisa entre o governo e o patrão, os artesãos deixam de saber «qual deles deve protegê-lo

[10] «Nesta monarquia do século XVIII», como diz o nosso autor, «as formas judiciárias mantinham-se terríveis, mas a pena era quase sempre mitigada.»



ção. Mas, de qualquer modo, jamais se contesta o programa estritamente igualitário e libertário da «autêntica» revolução, fundada na previsão científica e também, paradoxalmente, na crispada aposta de que todo o povo será um dia (e todos os povos serão) absolutamente uno(s). Esta unidade consumar-se-á numa sociedade sem classes, em que não haja espaço para notáveis diferenças sociais nem ocorram conflitos maiores.

Muitas coisas se poderiam dizer contra esta visão provavelmente totalitária. E talvez, para começar, algo que Aristóteles já opôs ao comunismo de Platão. A saber: que uma absoluta unidade destrói a *polis;* a qual consiste, por definição, num equilíbrio de partes realmente distintas e até certo ponto divergentes e contrapostas. Outra objecção de princípio é do melhor liberalismo europeu e vem de Montesquieu, para quem o espaço das liberdades é criado por um equilíbrio de poderes que fatalmente correspondem a distintos interesses [12]. Nesta perspectiva, as liberdades são fruto do mais visceral pluralismo, um pluralismo não só — ou sequer principalmente — político. Tocqueville, ao contemplar a Revolução Francesa, discerniu nela dois momentos. E o da liberdade pareceu-lhe infelizmente adventício, aquele que mais tarde surgiu e mais cedo passou; ao passo que a paixão da igualdade, profunda e tenaz, havia de marcar todo o percurso. Pois os principais ideólogos da Revolução, cujo génio porventura exprimia o do povo ou se lhe comunicou, «não odiavam apenas os privilégios, mas a própria diversidade... e teriam adorado a igualdade mesmo em plena servidão». Que não reste um equívoco: Tocqueville, pelo seu lado, não abominou a igualdade. Para ele, a maior glória da grande Revolução deve-se ao breve instante (reformista) em que ela com a liberdade se casou. Tocqueville, porém, sabia que esta última nunca resultaria mecanicamente de nada — e muito menos da igualdade —, como construção política voluntária (e não voluntarista) que por definição tem de ser.

Mas adiante. Também não cabe aqui uma crítica cerrada do marxismo revolucionário. As linhas precedentes, correctamente entendidas, não pretendem resumir essa crítica. Introduzem, sim, o enunciado de uma hipótese adversária sobre o decurso desta nossa história, na qual as revoluções não estão para acabar. É uma hipótese que me parece bem mais aderente às observáveis realidades da vida social — e, portanto, mais científica — do que o vaticínio de K. Marx. Mas diga-se também que sem ele não chegaria provavelmente a ser formulada. Daí uma relação complexa com o autor de *O Capital.*

Aquilo que na teoria marxista sobre a evolução do capitalismo me parece de reter não é a tese catastrófica, mas sim uma ideia mais geral — e também mais indeterminada. A ideia de que, tal como a burguesia se foi paulatinamente desenvolvendo

[12] Como Ortega y Gasset muito a propósito lembra (*Rebelión de las masas*, «Prologo», III), era muito clara para homens como Guizot e Rover-Collard a relação entre pluralismo e dinamismo social, progresso científico, etc. Guizot atribui expressamente o avanço da Europa ao facto de nunca nenhuma ideia, partido ou classe ter nela conseguido triunfar absolutamente...

ao longo do *ancien régime* — e realizando uma progressiva ruína do feudalismo, que as revoluções ditas burguesas vieram bruscamente consumar —, assim também é *possível* (e portanto considerável a título de científica hipótese) que nos países de capitalismo avançado estejamos caminhando para o termo de um processo de longo curso, em que as classes trabalhadoras vão ocupando posições e se preparam para mais largos voos. Será um processo com altos e baixos, alternativamente esmaltado, como o foi o da ascensão burguesa, por momentos pacificamente reformistas e por cenas de ódio, numa constante interacção disto e daquilo; um processo em que o Estado, como dantes o rei, também assume uma posição equívoca entre os contendores; e um processo que porventura tende para uma hegemonia de classes trabalhadoras. Para que essa hegemonia sobrevenha poderá, enfim, assistir-se um dia àquela espécie de salto qualitativo em que os diques se rompem e uma das partes violenta e decisivamente se impõe. Mas acerca da forma que assumirá a consumação (violenta ou pacífica, súbita ou gradual) não há que fazer previsões «apriorísticas» e temerárias. Pessoalmente, apenas acho *provável* que venham aí revoluções.

Uma perspectiva como a que acabo de esboçar tem certamente algo a ver com o reformismo socialista, que *grosso modo* justifica ou reabilita. Mas não o desposa. Convém deixar desde já bem disposta uma relação que não é simples. E, assim:

a) À luz do que precede, todas as reformas até agora introduzidas no sistema capitalista, por obra de governos ou devidas à pressão/colaboração de partidos e sindicatos sociais-democratas, serão consideradas como etapas de uma ascensão necessariamente longa e contrastada, muito mais complexa do que a maioria dos revolucionários supõe. Portanto, não se leia a história do movimento socialista ocidental como uma série de ocasiões perdidas e de características traições, cuja explicação se costuma procurar na perniciosa influência que sobre as massas exercem os intelectuais pequeno-burgueses, as aristocracias operárias corrompidas ou outros elementos vindos de (ou indo para) fora delas, *portanto exteriores*. Esta explicação atribui às classes trabalhadoras um estatuto de pura irresponsabilidade e coloca-as na dependência de bons ou maus pastores, não se vendo lá muito bem, depois disso, como virão elas um dia, sem por si próprias jamais terem aprendido nada, a poder autogovernar-se e salvar tudo. Além disso, vem por aqui uma visão ultrapassada do proletariado como entidade miserável, que nada tem a perder senão as próprias algemas. Ora uma tal visão deixou de ser sustentável. Mais vale reconhecer de bom grado que, como qualquer homem, um operário tem de procurar equilíbrios delicados entre a obtenção de vantagens limitadas, mas imediatas, e a luta por um futuro transfigurado, que uma e outra têm a sua atracção, o seu preço e a sua fragilidade. O reformismo brota assim de *dentro* das classes trabalhadoras ou, pelo menos, corresponde a uma tendência que lhes é co-natural e (tal como a outra) indestrutível. Com todos os seus defeitos (e sem que isto signifique passar-lhe cheques em branco ou avalizar tudo o que se fez), não se pode

lista, ser idêntica à que foi na revolução burguesa — sob pena de muitas coisas mudarem muito pouco. A burguesia nasceu, desenvolveu-se e preparou o seu advento político através da prévia arrancada do modo de produção capitalista dentro do *ancien régime*. E a revolução, muito depois, veio consagrar e consumar uma supremacia económica e uma hegemonia cultural que a não tinham aguardado para se imporem. Ao passo que o desenvolvimento das classes trabalhadoras continua a relevar do mesmo processo produtivo, ao jugo e à sedução do qual elas continuam expostas. Contrariamente a uma previsão de Marx, a superação do capitalismo não aparece como inevitável e «natural» senão num muito restrito sentido. Com efeito, este modo de produção evolui e supera-se constantemente: capitalismo liberal, capitalismo monopolista, capitalismo de Estado, formas mistas... Mas é difícil pretender que a sua lógica profunda (a do capital) variou; ou que a sua «decadência» (da qual não há provas cabais) suscita no âmago das massas uma cultura radicalmente distinta. Nas massas verdadeiras e próprias, em que a indiferenciação predomina ou as diferenças não contam (atenção: o resto não são autênticas massas, mas sim estáveis comunidades, colectividades, instituições...), apenas se adverte um mal-estar profundo, agitado ou apático, paredes meias com sintomas de emburguesamento universal, raramente entrecortados por lampejos de uma fugaz e «recuperável» criatividade. Ao passo que o espontâneo pendor dos grupos mais estruturados, socioprofissionais e locais (essas colectividades, comunidades, instituições...), seria o de se confinarem na defesa dos egoísmos categoriais. Nisso Lenine viu certo. E o grande risco implícito na evolução contemporânea é que ela produza uma hierarquia de assalariados do Estado-patrão — de fachada socialista ou outra — mais autoritária e estanque do que a do capitalismo privado. O privado é instável e vulnerável, tem pior consciência, fecha-se menos à imaginação e à mudança.

Escapar a tão infeliz alternativa, a este oscilar entre a tentação totalitária, acalentada em nome de um proletariado sacrossanto, mas inerme, e as delícias de um «quarto estado» conformista e estreitamente corporativo, eis o que não se adivinha fácil. Serão necessárias incansáveis acções doutrinárias e políticas, um idealismo na lucidez sem paralelo nos preliminares da revolução burguesa. As vanguardas continuarão portanto a ter lugar. Mas reconhecê-lo não equivale a votar em novos monopólios ideológicos e políticos. Nem há que repescar as promessas do paraíso terrestre igualitário e libertário, pois elas acabam por justificar — e até, em parte, por engendrar — as piores tiranias. As próximas revoluções ou serão políticas (isto é, conscientes dos próprios limites, capazes de realizar um equilíbrio de partes), ou acabarão mal, como sempre que se soltam as rédeas a uma grande ilusão. O unanimismo mata. Só por discórdia se poderá efectivamente avançar para o enriquecimento das tarefas, para a descompartimentação socioprofissional, para uma certa igualização das oportunidades e para um clima social em que a inteligente solidariedade, no fim de contas, predomine. Pois só nas bravas

discussões se põem os verdadeiros problemas, possibilitando, enfim, a celebração de pactos esclarecidos e resistentes. Também só assim se obtêm os sucessivos consensos de que se alimenta o corpo político — e se vai apurando uma conveniente e relativamente aberta partilha dos poderes.

Em sede política, há ainda um terceiro ponto relativamente ao qual a posição reformista se me afigura frágil. E é quando, passageiramente ou não, o reformismo se converte, *sic et simpliciter*, ao parlamentarismo burguês, pois logo sente as maiores dificuldades na abordagem de um problema crucial, que é o das relações entre o Estado e os corpos sociais intermédios. Já atrás me referi ao erro, corrente no século XIX, de se acreditar que ao Estado e à sociedade civil correspondem esferas inteiramente distintas — quando a verdade é que se interpenetram cada vez mais. E o primeiro encarrega-se das mais variadas tarefas que constituíram o apanágio da segunda; a qual, portanto, muito depende dele; mas a qual também, pelo seu lado, se incumbe de inúmeras tarefas de interesse público, às quais por vezes correspondem verdadeiras delegações de autoridade. Não vou agora insistir numa crítica genérica. Quero apenas — e muito brevemente — salientar aqui o problema do desenvolvimento contemporâneo de alguns grandes corpos do Estado ou para-estatais (as obras públicas, a saúde, a previdência, a educação nacional), bem como o da emergência de grandes empresas públicas e nacionalizadas capazes de concorrer no terreno económico com os maiores grupos privados, se não mesmo de os submeter ou de os abater. A propósito de todos estes entes (públicos, privados e mistos, gravitando em diversas constelações), muito se fala em Estados dentro do Estado ou em novos, inquietos e potentes «feudos», cuja rebeldia se arrisca a pôr em causa a unidade das repúblicas ou a transformá-las em organizações ao serviço de interesses burocráticos e particulares. Ora, à luz da teoria liberal clássica, tudo isto resulta dificilmente compreensível. E, na prática da coisa pública, as dificuldades dão, por via de regra, num reforço da veia jacobina, centralista e autoritária. Mas um pensamento mais moderno tenderá a conceber e a resolver diversamente a unidade do Estado, no quadro de um certo policentrismo que reconheça aos «feudos» alguma real autonomia. Pois essa é a melhor maneira não só de os controlar, mas também de obter que a sua vitalidade se comunique a todo o corpo político. Claro que nos achamos outra vez perante o «momento» neocorporativo das sociedades contemporâneas: um momento que é atravessado, sacudido e até abalado ou deslocado pela luta de classes, mas de modo nenhum liquidado por ela.

Uma teoria do socialismo e da revolução está obviamente por refazer. Nas páginas precedentes apenas perpassam algumas das principais questões e inquietações em que ela terá de atentar. Tal como a deixo, fomentará sobretudo uma grande perplexidade — e isso não é mau. Agora veremos como toda a problemática exposta ecoa ao longo da recente revolução portuguesa, na esperança de já dispormos de algumas boas pistas para seu enquadramento e interpretação.

que, ao fim e ao cabo, Portugal esteja para cometer a extraordinária proeza de inventar um socialismo inédito, além de agradável, com os créditos americanos e alemães... No entanto, mais vale não ceder à fácil irritação, pois também é certo que o provincianismo, a teatralidade e a bizarria, que tão lamentavelmente têm caracterizado a conduta do pessoal revolucionário, se inscrevem na condição objectiva de um país pobre, mas barroco, situado na encruzilhada de quatro continentes, muito aberto a toda a casta de monções e cujas almas andam por esse mundo em pedaços repartidas. Estas reflexões não absolvem de tudo, nem se curvam perante um Fado brônzeo, perfeitamente inibitório do carácter e dispensando-nos de o cultivar (Portugal arrisca-se, se o não tivermos, a ficar como uma cana abanada pelos mais desvairados ventos; e agora, que, de orgulhosamente só, passou a andar benevolamente amparado, está-se a ver que lhe sopram mais). Mas há limites a ter em conta e fraquezas que é preciso reconhecer calmamente para delas sermos capazes de extrair alguma força política [14].

Nesta ordem de ideias, parece-nos fundamental relevar que todas as imitações ensaiadas (ou as simplesmente evocadas) ao longo do «processo em curso» se articulam com o facto de Portugal ocupar, em termos de desenvolvimento, uma posição intermédia entre os países industrializados da Europa a que pertence e os ainda essencialmente agrícolas, em que o arranque industrial ou é recente ou ainda se não deu. *Donde, por um lado,* a sedução exercida pelas várias minorias activas de filiação leninista ou conotação castrense; e o espaço de implantação e de manobra notável (se bem que tendencialmente diminuendo: é natural que tenham perdido em 1975 a sua última hipótese de conquistar o poder) de que *ainda* dispõem. Note-se, a propósito, que o chamado *paleobolchevismo* avultou, porque o P. C. P. constituía a única vanguarda civil organizada à escala nacional, a única também dispondo do efectivo apoio de uma grande potência; mas teve de haver-se com outras correntes inspiradas pelos mais recentes e heterodoxos terceiro-mundismos (castristas, peruanos...), cuja influência sobre o M. F. A. muito se fez sentir... *E donde, por outro lado,* a vigorosa expressão que as forças políticas de inspiração «europeia» *já* hoje têm ao nível das grandes massas populares, expressão essa que tenderá a aumentar se Portugal se for desenvolvendo e entrando numa Europa próspera. Aqui atenção: refiro-me não só à audiência dos partidos «moderados» (conservadores ou reformistas) fiéis à herança liberal e que defendem as instituições e mecanismos da democracia representativa, mas também a novas tendências revolucionárias que emergem no quadro do capitalismo avançado, e nomeadamente às que tomam a autogestão, ou figuras afins, como sua bandeira.

[14] A vitalidade cultural é outra loiça, não tendo forçosamente de coincidir: têm-se dado brilhantes estações culturais em tempos de profunda miséria política. E quem sabe se Portugal, às voltas com a independência, não estará ficando outra vez excelente para os artistas. Como estava sob Marcello Caetano...

No «imbróglio» português de 1975 assistimos ao severo recontro entre as duas almas do País, que, como um Janus bifronte, olhava para diante e para trás [15, 15a]. Ora essas almas não se conciliaram, por muito que alguns analistas políticos tivessem proposto certo equilíbrio constitucional das três famílias socialistas em presença (a autoritária, a liberal e a libertária), ou seja, uma divisão de esferas de influência entre o princípio vanguardista, o princípio representativo e o da democracia directa [16]. Coerente com a noção atrás exposta de «país intermédio», a ideia não seria má, mas pressupunha uma grande e talvez «excessiva» maturidade civil e política. De qualquer modo, tem-lhe até hoje sucedido o mesmo que ao projecto conexo de fazer de Portugal uma «nação intermediária» no diálogo Norte-Sul. E, tal como este oscila pendularmente entre a subserviência e a megalomania [17], assim aquela só tem conseguido produzir contrafacções golpistas como as do «poder popular», ou então mantas de retalhos como a Constituição de 1976, passível das mais desencontradas leituras.

Em boa verdade, deve aliás confessar-se que a democracia directa nunca esteve para ser sincera e duradouramente instalada ao mais alto nível. É decerto discutível o dinamismo entre nós assumido pelas iniciativas ditas de base, pondo o problema de se saber até que ponto foram genuínas e até onde deveriam ter sido fomentadas nos escalões inferiores e intermédios da sociedade e do próprio Estado. Mas, já quanto ao fundamento e ao exercício efectivo da governação nacional, é difícil negar que a disputa se limitava, na prática, à democracia representativa e aos despotismos pretensamente esclarecidos. Apenas se deu o caso de estes últimos terem tentado utilizar em proveito próprio tendências libertárias ou meramente populistas que serpenteavam um pouco por toda a parte. Mas, se tivessem triunfado, logo as teriam reduzido a papéis subalternos, quando lhes não reservassem um destino pior. Só um veleitarismo infinito conseguia convencer-se do contrário ao aproximar-se o Verão quente de 1975. Ora aproximemo-nos desse Verão.

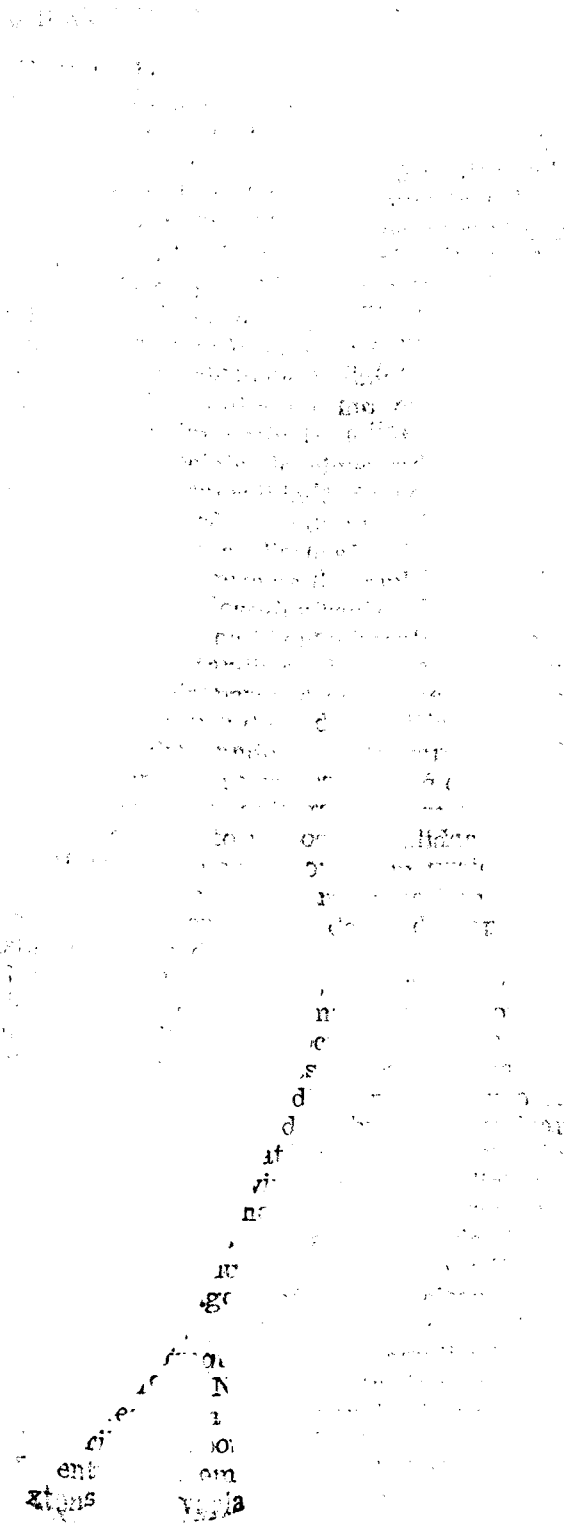
---

[15] E continua a olhar, porque é assim feito: basta pensarmos na hesitação que permanece, tanto à esquerda como à direita, entre o presidencialismo e o caudilhismo; ou, mais subtilmente, em se preferindo o primeiro, entre as versões nasseriana e gaullista...

[15a] Esta noção de «país intermédio» estabelece uma certa ligação, que me parece óbvia, entre a evolução socieconómica e a atracção de certas doutrinas políticas. Mas não adere ao economicismo desenvolvimentista, segundo o qual o progresso produz inevitavelmente democracia e o atraso despotismo. As coisas são bem menos simples.

[16] Pelo que me diz respeito, veja-se o artigo «Outro caminho» (I e II), no *Expresso* (Junho de 1974).

[17] Esta oscilação tem impedido o País de se encaminhar para uma sóbria (e única autêntica) independência nacional — e para o desempenho de uma função autónoma de país europeu atípico, dotado de uma forte costela africana. Não cabe neste estudo, infelizmente, a análise de como o processo de descolonização influenciou e prejudicou todo o decurso da revolução portuguesa. Dei algumas indicações a esse respeito no *Portugal Correcto e Aumentado* (Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1975). Veja-se sobretudo o último capítulo.



opções decisivas, embora por vezes as tenham precedido na vigorosa manifestação de necessidades vitais.

Nesta ordem de ideias, que não despreza nenhum facto, pode dizer-se que as classes trabalhadoras portuguesas, colocadas numa fase intermédia do seu próprio desenvolvimento, ainda não eram notoriamente capazes de impor *a sua* revolução, que aliás dificilmente poderá vir a dar-se num só país... Mas não há dúvida de que relampejaram, originando um histórico equívoco. E estavam disponíveis, isso sim — perante a inépcia do capitalismo português —, para fornecer importantes massas de manobra à revolução *de outros*, que delas sabem habilmente reclamar-se antes de as subjugar. Daí a confusa aventura autoritária, de sabor populista, em que o «gonçalvismo» os embarcou — uma aventura que só o P. C. P. poderia eventualmente meter na ordem, porque era a única força nacional e internacionalmente implantada como deve ser. Como também aqui nada é simples, acrescente-se que os comunistas teriam de se remodelar para vencer — e houve sintomas disso. Em que sentido? Pois no de um leninismo terceiro-mundista e capaz de alguns assomos de independência: Otelo foi a Cuba (onde Varela Gomes já estivera) e Fabião cortejou a Roménia... Não podemos, com efeito, esquecer que o «gonçalvismo» não eram só os comunistas e que estes tinham de conceder alguma coisa para contentar ou resignar os companheiros de estrada: impulsivos oficiais esquerdistas, jovens e apetitosos quadros oriundos da esquerda socialista e cristã... Além da promessa de independência nacional, era preciso fazê-los acreditar (ou, pelo menos, julgar que acreditavam) na rápida metamorfose da burocratização em autogestão. Nem de outro modo se poderiam cortejar os sindicalistas mais sensíveis, os elementos populares mais dinâmicos, ou soldados entre os quais, num primeiro tempo, se fomentavam rebeldias...

No contexto acabado de dar é que se inscrevem adequadamente as «conquistas revolucionárias» do 11 de Março. Ora estávamos em vésperas de eleições presumivelmente favoráveis às forças ditas burguesas. E a descolonização avançava para o seu termo, com as independências de Moçambique e de Cabo Verde à porta, a de Angola marcada para Novembro. Ora o regresso dos corpos expedicionários arriscava-se a alterar muita coisa em desfavor da esquerda revolucionária: isso sabia-se (e veio a verificar-se a 25 de Novembro), embora se não dissesse. Portanto, ela tinha de obter, a muito curto prazo, vitórias decisivas que lhe permitissem condicionar (se não dispensar) as eleições, bem como abordar em posição de força o momento em que se pedissem contas da «descolonização exemplar» [18]... A liquidação prévia do grande capitalismo privado português constituiria para os revolucionários um passo obrigatório em termos de simples sobrevivência política, mesmo que não correspondesse igualmente a interesses de mais longo curso e a convicções ideológicas domi-

[18] E também para que a retirada portuguesa de Angola se consumasse «convenientemente» como se consumou. A derrota de Cunhal a 25 de Novembro, se pensarmos nisto, não apaga a vitória de 11 do mesmo mês.

nantes. Correspondeu também, evidentemente, a uma manobra vanguardista de aliciamento popular. Mas aqui devemos, uma vez mais, guardar-nos do simplismo. As nacionalizações e a reforma agrária não poderiam ter sido apresentadas como «conquistas revolucionárias dos trabalhadores» — e ainda hoje muita gente há que piamente acredita nisso — se nenhuma relação existisse entre elas e os movimentos reivindicativos anteriores. Claro que existia: ligação desde logo com necessidades imediatas artificialmente satisfeitas (e nomeadamente a absorção do desemprego pelas U. C. P. ou a garantia do emprego nas empresas nacionalizadas...); mas ligação também com motivações de outra ordem e com tradições de luta de algumas extensas camadas populares. Motivações frequentemente vagas e mesmo, em certos casos, falaciosas, tradições por vezes entrecortadas ou em recessão? Decerto. E assim, por exemplo, os bancários, ponta de lança das nacionalizações, cedo vieram a perceber que a sua prosperidade categorial se saía bem melhor dos conflitos com a banca privada do que contra o Estado-patrão. Outro exemplo é o dos assalariados rurais, cuja combatividade tinha decrescido consideravelmente na última década; os mais recentes conflitos alentejanos de envergadura datavam de 1962, antes que a emigração começasse a fazer-se sentir... Em 1975, as ocupações de terras obedeceram por de mais, ao serem decididas, a incitações externas (militares, sindicais e partidárias) — ou desses apoios dependeram na execução. Mas também é verdade que a reforma agrária, com o seu rosário de exacções, não deixou por isso de entroncar na velha (quiçá inactual) «fome de terra» nem de despertar profundos ecos de antigas lutas, esperanças e fundados ressentimentos dos assalariados e outros trabalhadores rurais. Tão incorrecto seria, pois, reduzi-la à dimensão burocrática como ignorar a lógica de poder em que se produziu. Esta lógica era a das tiranias revolucionárias e prometia ser implacável, pouco espaço deixando, na prática, à expressão do cooperativismo democrático com que as boas almas sonhavam. Do mesmo modo, as nacionalizações, na indústria e nos serviços, apontavam muito nitidamente para o impetuoso predomínio de um absorvente capitalismo de Estado: além das indústrias básicas, logo abrangeram as cervejas, afectaram as empresas rodoviárias e ameaçaram anestesiar o turismo, etc., enquanto as ameaçadoras intervenções do Estado se multiplicavam um pouco por toda a parte. Tratava-se de impor uma linha geral em que a participação ou o controlo dos trabalhadores teriam um alcance muito limitado e subalterno e a cujas «batalhas da produção» eles em breve seriam dura e autoritariamente atrelados. Nenhuma generalizável e consistente autogestão estava (como não está) na forja, nem para o curto nem sequer para o médio prazo. E, no entanto, variadas experiências pontuais tiveram inegável valor e interesse — e não só no plano da salvação imediata de empresas em crise ou em sectores secundários —, revelando exigências e tendências a não menosprezar. Daí que se tivesse podido fomentar a ilusão autogestionária — e também a de um efectivo controlo dos trabalhadores sobre a produção. Essas soluções, que merecem discussão atenta, não têm, porém, futuro

num só país, e muito menos num país como o nosso, tão frágil e que logo acordaria cercado. Mas ocuparam alguns ideólogos e seduziram bastante gente, sobretudo nas cinturas industriais.

Nessas zonas, bem como no Alentejo e numa parte do Ribatejo, a revolução chefiada por Vasco Gonçalves (cujas palavras de ordem foram a «aliança povo-M. F. A.» e a «construção do socialismo») obteve então importantes apoios de massa. Mas tendeu, não obstante, inelutavelmente, para um duplo isolamento interno e internacional. Internacionalmente falando, tornou-se patente a incompatibilidade do «gonçalvismo» com os velhos aliados políticos e grandes parceiros económicos de Portugal, país que só como burro de Tróia se poderia então manter no campo ocidental. No plano interno despertou uma enorme hostilidade no mundo camponês e entre as classes médias, perdendo igualmente (em plena e insanável divisão das esquerdas) uma boa parte da própria classe operária.

Com efeito, o novo regime, que, consoante os casos, ameaçava liquidar, absorver ou enquadrar duramente os comerciantes e outros intermediários, largos sectores de serviços e as profissões liberais, logo apareceu aos pequenos e médios proprietários e produtores agrícolas como inimigo jurado. Pois, ao verem, no Sul, expropriações que os não pouparam, não podiam acreditar que a elas indefinidamente os poupassem no Centro e no Norte; e, por outro lado, sofriam a imediata, quotidiana agressão das campanhas dinamizadoras do M. F. A., que os ofendiam nos seus sentimentos, crenças e cultura tradicionais, à sombra tutelar dos «chaimites». A agressão da propaganda era de resto inquietante mesmo (e talvez sobretudo) se ela tentava apaziguar...

Quanto aos assalariados do terciário e aos operários, o discurso é complexo. Na febre revolucionária, houve-os de todas as categorias e trabalhando em todos os ramos, dos mais evoluídos (como a banca, a química, as construções navais, o material eléctrico, a metalomecânica pesada) aos mais retardatários e dispersos (como construção civil, algumas zonas do têxtil e certas indústrias alimentares). Mas seria preciso distinguir uma participação nas acções de massa, movida por motivos reivindicativos imediatos, da quel já manifestava uma adesão a mais altas cavalarias políticas. Ora um trabalho neste campo ainda não foi feito, nem está ao meu alcance fazê-lo. E também faltam estudos quantitativos acerca da influência, sobre a atitude das várias populações trabalhadoras, de factores tais como a localização das empresas, a implantação regional e sub-regional dos partidos políticos ou as variações na atitude das forças armadas. A partir das indicações disponíveis (e nomeadamente do que a imprensa foi relatando em matéria de lutas sociais) pode talvez formular-se uma hipótese: a de que a participação revolucionária foi maior nas grandes empresas modernas e em algumas pertencentes aos sectores mais retardatários, mas situadas na vizinhança daquelas. Eis o que, *a confirmar-se*, talvez trouxesse alguma água ao moinho de uma ideia atrás expendida: a de que em Portugal,

país intermédio, se conjugaram e frustraram duas revoluções: a que *já* não cabe e a que *ainda* mal se vê... [19]

Seja como for, o facto de o «gonçalvismo» e a «aliança povo-M. F. A.» também terem tido de arrostar com as maiores reservas e mesmo com a hostilidade de uma parte importante das classes trabalhadoras é que não parece contestável. Incertas serão apenas as causas até agora indicadas. E ainda temos de falar numa outra que foi porventura a principal, influenciando não só o comportamento do operariado e o dos assalariados urbanos, como o de quase todas as classes ou grupos sociais em presença. Refiro-me à visão e atracção da Europa, dos países ricos onde vive e trabalha mais de um milhão de portugueses e cujo nível de vida se deseja alcançar. Ora foi-se precisando cada vez mais nitidamente, ao longo do processo revolucionário, a perspectiva de que o predomínio comunista e esquerdista desmantelava o aparelho produtivo existente e estancava o fluxo dos investimentos estrangeiros, das remessas de emigrantes e do turismo. Assim se desenhou a perspectiva de um «socialismo de miséria», cercado e policial, contra o qual o eleitorado português se tem pronunciado, em sucessivas eleições, pelas mais amplas maiorias, superiores a 80 %. E, como nos últimos anos do deposto regime a progressão económica fora nítida — se bem que insuficiente e deficientemente repartida —, começa até a ocupar o horizonte político (dado que a recuperação económica tarda) o espectro de uma comparação desfavorável entre o marcellismo e a democracia. De nada serviria ocultá-lo.

A crise do Verão de 1975, levando à queda de Vasco Gonçalves e depois aos acontecimentos que culminaram no 25 de Novembro, manifestou a força das oposições ao «processo revolucionário em curso» e o profundo enraizamento delas no País. Mas eram oposições divididas e perseguindo objectivos estratégicos substancialmente diversos, indo dos esquerdizantes, se bem que antitotalitários, até aos tendencialmente fascistas; e passando por várias espécies e combinações de socialismo, de social-democracia e de conservadorismo esclarecido. Ora, por causa desta divisão (e também devido a que algumas das referidas forças precisaram de repescar o P. C. P., ou como simples contrapeso à direita ou já na perspectiva de uma sua improvável conversão eurocomunista), deu-se um compromisso instável, expresso na Constituição de 1976 e que está na raiz de tudo o que ultimamente se tem passado em Portugal. Consiste ele, substancialmente, em se manterem as mais importantes reformas económicas ditadas pelo «gonçalvismo» (pouco a pouco revistas, corrigidas e atenuadas), enquanto os gonçalvistas e afins são expulsos do poder político e militar e se lhes retiram ou disputam inúmeras outras posições na informação, nos organismos socioprofissionais, nos liceus e universidades, etc. Do mesmo modo se acautelam as liberdades

[19] Mas atenção: não é que a construção civil estivesse predestinada ao bolchevismo e a Sorefame ou o Banco Espírito Santo fossem seminários de autogestão. Como se sabe, não eram. Estou a referir-me a uma confluência (e disputa) de problemáticas que nunca será linear.

sem punir quem as ameaçou; e se procura a adesão de Portugal ao Mercado Comum ou se procede à normalização das relações com os E. U. A. e a N. A. T. O., sem no entanto se perder toda a vocação neutralista...

O elemento-charneira deste compromisso (ou série de arranjos) tem sido o Partido Socialista, que ocupa o centro do processo (não propriamente o do espectro político) e cujo intrínseco pluralismo fomenta conversas com os dois lados. Mas este partido tem governado sozinho, para não pôr em risco a unidade das várias «sensibilidades» que o compõem. Por isso balança muito e governa pouco, numa constante transacção impeditiva de opções decididas e decisivas, que só alguns raros ministros tentaram. Deixa assim que a situação económica e social se degrade; e a degradação está chegando a um ponto tal que se não vê como continuar por este caminho. Algumas grandes resoluções tornaram-se inadiáveis e parece que ou os socialistas se entendem com outras forças (forçosamente à sua direita nas condições actuais) em torno de uma estável plataforma política, ou assistiremos a um reforço do presidencialismo (quiçá tendendo para o bonapartismo) como única escapatória a uma ditadura militar. O presidente da República eleito é simultaneamente chefe de Estado-Maior-General, o primeiro militar e o derradeiro civil...

Claro que, em última instância, a política portuguesa é arbitrada pelas Forças Armadas, em postura ambígua. No seio delas, os comunistas e esquerdistas devem ter perdido definitivamente o pé. Mas seria prematuro afirmar que estamos perante uma típica guinada direitista, com entrega dos postos-chave a oficiais desejosos de jogar a fundo na restauração do capitalismo privado. De facto, a situação é muito mais fluida. Pois sem dúvida se restauram nos quartéis uma hierarquia e uma disciplina que, mediante certas correcções e adaptações, repõem o padrão militar clássico. Todavia, ainda se não sabe ao certo para que servirão. É verdade que o conjunto das Forças Armadas já rejeitou o comunismo e o esquerdismo, mas ainda está bem longe de ter optado por um determinado modelo socieconómico, decidindo-se a favorecer os correspondentes interesses. Não. As Forças Armadas têm, de resto, os seus desideratos próprios, corporativos — de corporação especialíssima —, entre os quais avultam o de se reconverterem sem despedir demasiados quadros e de se modernizarem adequadamente, operação caríssima; e ainda o de não terem de pagar as contrapostas contas da guerra colonial e da descolonização exemplar... Eis o que introduz apreciáveis distâncias entre elas e todos os bordos do xadrez político (incluindo a direita civil), fazendo-as, por outro lado, hesitar quanto à posição perante o Estado. A este respeito dir-se-á que o que as Forças Armadas sinceramente desejam é *estar para* regressar a quartéis — e não regressar mesmo, pois por ora lhes não convém uma real submissão ao poder civil, seja ele qual for. Por razões de segurança, prestígio, bem-estar próprio e fomento profissional, mais ou menos plasmadas em termos de missão nacional.

Ora, assim, e caso o sistema partidário continue a não produzir a solução dos problemas candentes, que dentro em breve

serão angustiantes, a militarização poderá vir de vários lados para a ordem do dia, conjugando-se o espírito de corpo com o clamor popular. Um certo presidencialismo já de resto a contém, mas ainda a limita, embora também possa contribuir para uma sua maior duração... De qualquer modo, não é nada certo que a militarização brutal ou subtil não venha a jogar no reforço do sector público da economia e de um acentuado estatismo em todos os domínios — repescando ou confirmando, num diverso contexto geopolítico, certas tendências que o «gonçalvismo» também cultivou, mas de que não tinha o exclusivo...

Estamos a chegar a um momento capital desta introdução teórica, situada no entroncamento dos sistemas económico e político, dois sistemas cuja basilar incerteza se mantém e mutuamente se determina. Este artigo tem de ser sucinto em matéria de análise económica e política geral, apenas comportando as indicações indispensáveis ao enquadramento dos corpos intermédios que constituem o seu tema central. Mas não posso prosseguir antes de desenhar com suficiente nitidez os tipos ideais entre os quais o coração português balança, do mesmo passo enunciando as hipóteses evolutivas que a sua contemplação me sugere.

c) AS ALTERNATIVAS: TIPOS IDEAIS E POSSIBILIDADES REAIS

As discussões ideológicas e políticas que sacodem o nosso país não costumam brilhar pelo requinte conceitual. Até certo ponto, isso é aliás da natureza delas e não constitui apanágio português, pois em toda a parte a luta política leva a simplificar, ficando o sumo teórico para revistas da especialidade. Mas às vezes exagera-se, e é esse exactamente o caso em Portugal depois do «25 de Novembro». Esta data assinalou de facto a contenção dos projectos revolucionários vanguardistas, tintos de populismo, que até aí tinham ocupado vistosamente a cena e cujos símbolos foram, por um lado, Cunhal e Vasco Gonçalves e, por outro, Otelo. Ora eram esses os projectos que a justo título se reclamavam da construção *do* socialismo. Outras forças há que não enjeitam propriamente esta palavra de ordem — que entrou na Constituição. Mas foi-lhes, no fundo, imposta: ou a aceitaram com grave reserva mental, ou a conotam de forma a desviar-lhe o originário sentido. Disto é exemplo acabado o Partido Socialista, cujo socialismo é «em liberdade», pois o acrescento («em liberdade») vem retirar à respectiva construção aquele cunho imperioso e aquele conteúdo mínimo obrigatório (inspirado por Marx) que normalmente a qualificam, se bem me faço entender. Mário Soares não alude a outra coisa ao repetida e cautamente afirmar que o socialismo do seu partido e do seu governo será realizado *se* e *como* o povo quiser...

Assim seja. Mas, entretanto, como o socialismo em liberdade se tem deveras aproximado dos países capitalistas e (hesitantemente embora) procurado definir um *modus vivendi* com a iniciativa privada nacional — tudo se torna claro para certos espíritos à direita e à esquerda. E, digam o que disserem na praça

(cautos uns e ruidosos os outros), tudo se reduz, para eles, ao combate singular que opõe à construção socialista uma recuperação do capitalismo privado *como sistema dominante*. Assim se deixa na sombra, *et pour cause*, a decisiva questão do sector público e do capitalismo de Estado, sem uma referência à qual nada se entende na teoria nem seriamente se há-de resolver na prática. Pois não será de todo em todo impossível que, a favor de alguma crise, se venha a retomar a «construção do socialismo»; nem, por outro lado, que a recuperação capitalista vá desaguar, a páginas tantas, a uma reposição da hegemonia do sector privado. Mas, a uma análise atenta, nenhuma destas hipóteses extremas se afigura provável. E o que se afigura provável é que a evolução venha a dar-se a partir do cerne da questão contemporânea por excelência, que é a da articulação inevitável entre o Estado e a sociedade civil. Ficariam então postos de parte os tipos ideais extremos acima referidos. E a verdadeira alternativa seria entre um absorvente capitalismo de Estado (quiçá «socializante», mas oportunamente despido da ideologia comunista, e do correspondente internacionalismo) e uma economia mista, mantendo o sector público grande estatura e importância, mas em pé de concorrência com a iniciativa privada individual e colectiva (cooperativa, autogestinária...) no quadro de uma dialéctica cujo futuro se não deixa ler nos astros.

Advirto desde já o leitor de que estes dois pólos, capitalismo de Estado e economia mista, também têm de ser vistos como «tipos ideais», ambos tendendo para inatingíveis limites. Na realidade das coisas, nem o primeiro conseguirá um dia absorver tudo nem o equilíbrio da segunda será jamais perfeito. Mas interessa deixá-los claramente definidos na sua óbvia abstracção, que facultará uma adequada bússola para nos orientarmos nos férteis meandros da história. A cada passo poderemos então avaliar o que está em jogo, discernir o mais provável, ver o que predomina...

Para já, eis o que nos permite interpretar de uma forma satisfatória a evolução posterior ao 25 de Novembro, explicando a contradição, aparentemente insanável, entre, por um lado, o leque de acções e medidas que o P. C. P. e a extrema esquerda consideram contra-revolucionárias (e com razão do ponto de vista da sua «construção *do* socialismo»); e, por outro, a adopção de soluções que (sem tão-pouco satisfazerem as preferências autogestionárias) são hostis à (ou limitadoras da) iniciativa privada e por vezes de cunho nitidamente socialista ou socializante. É assim, por exemplo, que o Governo desintervenciona empresas, mas confirma as grandes nacionalizações; e leva a Assembleia da República a votar uma lei sobre a delimitação dos sectores que entreabre certas portas à iniciativa privada, mas tende a fechar-lhe definitivamente outras que ainda o não estavam. E mais: prossegue o movimento das fusões de empresas nacionalizadas (veja-se o caso dos cimentos, o das cervejas, o que se esboça nos jornais...), tipicamente burocrático e centralizador. É assim também que, ao moderar a Reforma Agrária, a «lei Barreto» vem criar condições de desenvolvimento de um certo capitalismo

agrário que o «gonçalvismo» jurara liquidar; mas quem a tenha ouvido atentamente na generalidade também constatou que a concreta definição e a subsequente viabilização desse espaço capitalista ficam muito dependentes do Estado e dos poderes discricionários de um ministro. E isto afligiu muita gente que, de outro modo, a teria calorosamente apoiado... Além de que a «lei Barreto», opondo-se corajosamente à dominação comunista do Alentejo, também liquida definitivamente o latifúndio, como o próprio Lopes Cardoso teve de reconhecer. E *pode* servir para estabilizar, redimensionando-as, as explorações colectivas... E é assim, enfim (para não me alargar nos exemplos), que os socialistas não só mantêm o projecto de uma segurança social integrada, como querem acentuar-lhe o carácter de serviço público unificado e evoluir até para uma uniformidade de prestações... Esta breve resenha revela-nos a presença de opostas tendências em constante entrechoque e actividade, rejeitando, corrigindo, prolongando ou até acentuando (consoante os casos) a herança «gonçalvista». E, mostrando-nos que a realidade se não deixa reduzir ao combate singular da construção *do* socialismo contra a recuperação capitalista privada, parece, pelo contrário, caber no esquema do capitalismo de Estado *versus* economia mista que acabo de propor. É um esquema mais rigoroso e também mais ágil, *que, de resto, até comporta de certo modo as hipóteses que à primeira vista parece excluir. Catastróficas, essas hipóteses de retorno ao passado (à construção comunista ou, pelo contrário, ao capitalismo anterior ao 11 de Março) podem, com efeito, ser encaradas como derrapagens à direita ou à esquerda para fora dele* [20]. Não é de facto legítimo decretarmos *a priori* a impossibilidade dessas derrapagens. Mas já temos boas razões para pensar que não teriam longa vida, atendendo quer à situação geopolítica, quer à condição estrutural do País. Novas experiências socieconómicas que eventualmente se venham a verificar, no quadro de ditaduras de direita ou de esquerda, defrontar-se-iam provavelmente com obstáculos inultrapassáveis, seguindo-se um regresso à oscilação central. Senão vejamos.

Deixando de parte a experiência neste momento mais improvável de todas, que é a de um novo surto de inspiração comunista e/ou esquerdista, basta pensarmos na do pólo oposto para pressentirmos que mesmo uma restauração política fascista em boa e devida forma dificilmente seria capaz de repor uma estrutura económica e serviços sociais substancialmente idênticos aos de antigamente. Pensemos, por exemplo — e para não ir mais longe —, nas grandes empresas dos sectores básicos nacionalizados. Para restituí-las à burguesia que delas foi despojada, ou a novos incautos capitalistas privados, seriam, pelo menos, precisas três coisas. Em primeiro lugar, que essa burguesia tivesse

[20] Mas atenção: estas «derrapagens» não se situam no mesmo plano. A simetria é aparente porque, no fundo, só existem três modelos — e não quatro. Com efeito, a construção *do* socialismo representa como que um apogeu, ideologicamente qualificado, do capitalismo de Estado. E a sua «impossibilidade» é de ordem geopolítica, ao passo que a do regresso ao velho sistema privado se afigura estrutural.

vontade de recuperar tais empresas: ora muitas vezes não tem e o que pretende são indemnizações para poder lançar novos empreendimentos ou para especular. Em segundo lugar, que os capitais sobrassem (estamos a supor que força haveria) para aguentar, nesses sectores em via de reprivatização, uma nova cambalhota, com os inevitáveis ajustes de contas, saneamentos de sentido inverso, agitação operária e o mais: ora já não sobram fundos (nem no País divisas) que paguem uma nova cambalhota, pois os que havia se esgotaram na destes três anos. E, em terceiro lugar, era preciso que se não estivesse formando uma nova e extensa casta de gestores públicos (muitos dos quais vindos do antigo sector privado e outros oriundos das Forças Armadas), cuja influência começa a ser grande, mesmo em ambientes conservadores: ora essa casta está-se mesmo formando, e de há muito, tendo-lhe despertado a vocação e a disponibilidade socialista bem antes do 25 de Abril. E resistiria. De modo que, tudo bem visto e considerado, o provável é que demasiadas empresas, ao tentar-se reprivatizá-las, apenas acabassem de falir...

Indo ao fundo do problema, o que parece é que a grande burguesia portuguesa saiu com a espinha partida do «processo revolucionário em curso» e não está prestes a recuperar o antigo vigor. Essa coluna vertebral era formada por alguns grandes grupos industriais e bancários, cujos interesses não ficaram completamente perdidos, mas cuja dispersão é um facto e de cuja superveniente fraqueza também se não recupera do pé para a mão. Sobretudo em se tratando de gente tão habituada a contar com a protecção do Estado, de um Estado que nunca mais poderá voltar a ser o sólido pai que foi... Nestas condições, o máximo que os grandes capitalistas nacionais devem esperar obter será uma liberdade não excessivamente vigiada, alguns incentivos reais, uma relativa igualdade de tratamento e talvez a efectiva partilha do bolo económico com o incipiente sector público, que também ainda não pode com uma gata pelo rabo.

Resta, evidentemente, o capital estrangeiro, como possível factor de uma substancial (e porventura acelerada) reprivatização da economia. Eis um tema a ponderar, mas só dentro de um cenário catastrófico, cuja eventualidade seduz certos analistas políticos. Pois uma tal operação não dispensaria um violento *intermezzo,* uma ditadura de direita, mesmo que começasse por ser de esquerda e que viesse «limpar a praça», eliminando muito à má fila consideráveis oposições de toda a ordem: dos partidos, dos sindicatos, de uma parte da Igreja e das próprias Forças Armadas... Ora a possibilidade de uma solução ditatorial não pode infelizmente dizer-se muito remota, sobretudo se Portugal continuar a encaminhar-se para um colapso económico. Não juro assim que ela não virá. Mas duvido é de que o seu vigor possa ser tamanho e também de que os seus previsíveis desideratos, por mais às ordens que venha, sejam os da «completa» reprivatização. A uma, porque os interesses económicos do capital estrangeiro provavelmente a não impõem: nem as riquezas nem o mercado nacionais são imensos, despertando tão vasta cobiça, nem

os poderosos grupos se têm mostrado incapazes de negociar com as empresas públicas e as burguesias de Estado...; e, à outra, porque os interesses políticos dos nossos aliados ocidentais, que são determinantes, se não coadunam com a submissão do País a uma violência reaccionária tão grande que a revolução bem poderia assomar outra vez, à saída do túnel. E isso eles não querem...

Embora nada fique ao abrigo da dúvida, assentaremos, pois, na ideia de que, através de muita vicissitude, o sistema socieconómico português vai provavelmente oscilar, durante um longo período, entre o capitalismo de Estado e fórmulas mistas. Eis uma base de análise (não a única) da evolução em curso, que a continuação do trabalho se encarregará de confirmar ou desmentir.

Aliás, e animadoramente, vamos já ver que a mesma ideia se abre numa outra direcção, pressentida desde o início deste artigo, pois permite um melhor entendimento daquelas complexas relações entre a continuidade e a ruptura no processo revolucionário que nos levaram até Tocqueville. Como essa ida até Tocqueville foi um pouco a toque de caixa, terá despertado uma boa dose de perplexidade, sobretudo em leitores para os quais a «revolução portuguesa» não tenha chegado a ser ou que julguem «inexistente» o socialismo que produziu. Como podem essas veleidades ter algo em comum com o ilustre precedente francês?

d) PASSADO E PRESENTE

Os grandes responsáveis do deposto regime, Salazar e Marcello Caetano, sempre se preocuparam intensa e sinceramente com um problema que nunca conseguiram resolver e cujo quase constante agravamento também não evitaram. Refiro-me ao problema do gigantismo do Estado, à tendência para se meter em tudo e tudo controlar, ou até absorver, que caracteriza a sua evolução moderna, intimamente ligada à do sistema capitalista, que há muito deixou de ser liberal. É uma tendência perante a qual o desamparado liberalismo político parecia inerme e que o colectivismo bolchevista só veio agravar. Também contra ela (e não só contra a luta de classes) foi inventado o sistema corporativo, cujos organismos deviam ter substituído ou substancialmente aliviado os públicos poderes, no desempenho de muitas das tarefas de que eles «indevidamente» têm vindo a apropriar-se. Ao fazê-lo, suscitam uma burocracia múltipla, impassível, mas voraz, entretêm a passividade dos corpos sociais intermédios, determinam nos súbditos uma mentalidade submissa e ameaçam descambar em tiranias totalitárias. As quais tanto podem advir por vias subversivas, numa crispação voluntária obediente a ditames ideológicos, como, devido à inércia das estruturas, pela encosta abaixo... — e este último caso seria o pior.

Consequentemente, jamais Salazar e Marcello Caetano se consideraram satisfeitos ao simplesmente conterem o «perigo vermelho» explícito, antes prestando muita atenção àquilo que um chamou o «socialismo sem doutrina» e o outro o «socialismo de Estado». E talvez porque este último mal se distingue do homónimo capitalismo (Marx falou em antecâmara...) é que a Cons-

tituição de 1933 e o Estatuto do Trabalho Nacional dispuseram que o Estado só muito excepcionalmente poderia ser empresário. Assim se tranquilizava, sem dúvida, a timorata iniciativa privada — e este objectivo foi determinante. Mas quero dizer na minha que, através dele, também actuava um *ethos* de outro calibre, irredutível à simples união dos interesses económicos privados.

Nesta conformidade, e no quadro desta motivação complexa, os governantes portugueses das últimas décadas tudo fizeram para evitar ou, pelo menos, limitar ao máximo o empolamento do Estado. Viram nas corporações, primeiro, uma promessa de autodirecção da economia; e, depois, mais sobriamente, o instrumento de uma *souplesse* notável, de uma consulta permanente, de uma relativa, mas efectiva, descentralização das decisões e de uma grande autonomia no plano da execução... Conceberam a Previdência primeiro como obra de que o Estado tenderia a retirar-se, depois (ao verem-na um serviço cada vez mais público) como administração estadual sim, mas indirecta. E, enquanto os entes corporativos tardavam, montaram os «para-corporativos», na esperança de que fossem transitórios e não passassem de semiestaduais: assim os organismos de coordenação económica, que deveriam vir a dissolver-se nas (então) futuras corporações...

Mas todos estes esforços resultaram bastante vãos, pois o intervencionismo económico, social e cultural (tal como a extrema centralização política) nunca deixou de aumentar; e a proliferação burocrática caracterizou o deposto regime. Ora esta invasão da sociedade pelo Estado era tanto mais eficaz quanto menos gostosamente e com maiores reticências, teóricas e práticas, se assumia. Em 1971, no termo de uma longa análise que constituiu a versão preliminar (e parcial) desta tese, fui obrigado a concluir [21] que «talvez a terrível paciência destes mestres conduza, ao fim e ao cabo, o País para o sistema que abominam». Julguei na altura, e parafraseando M. Caetano, que o totalitarismo poderia chegar sem tentação, «pouco a pouco, insidiosa e desapercebidamente, portanto sem oposição nem protesto das vítimas». E nisso a curto prazo me enganei, visto que o Verão de 1975 foi quente. Mas, no fundamental, bati certo ao afirmar que o deposto regime, «instalado numa aguda contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção» e constituindo porventura «a defesa mais inteligente e tenaz da iniciativa privada e de um velho mundo miserável, mas ingénuo e fresco [...] demite os cidadãos e desarma a sociedade perante riscos mortais». E porquê? Pois por «lutar apoiando-se no recalcamento, impondo uma obediência cega e apenas admitindo uma liberdade sem risco» [22]. Com efeito, um Estado de tal modo centralizado era um Estado eminentemente ocupável. E uma estrutura de poder tão vasta e ramificada como a sua bem poderia constituir uma bela correia de transmissão ao serviço de outra coisa. Com tanta gente que se havia habituado a ser submissa — funcio-

[21] «O marcelismo», *op. cit.*, pp. 193-196.

[22] *A Evolução do Sistema Corporativo Português*, vol. VII, pp. 193-194.

nários e cidadãos —, não é de espantar que os aprendizes de feiticeiro espreitassem confiantes a hora propícia...

Como hoje sabemos, a vulnerabilidade nacional era menor, no fim de contas, do que chegou a parecer: ao «gonçalvismo» lá se resistiu bastante e, em suma, o que bastou. Mas o optimismo que desta resistência se extrai é moderado: em primeiro lugar, pela consideração de que as vanguardas revolucionárias batidas jogavam, por assim dizer, «fora de casa», isto é, num contexto geoestratégico que lhes era extremamente hostil; e, em segundo lugar, pela de que o resultado da luta foi dúbio; e dúbio porque, antes de perderem politicamente o pé a 25 de Novembro, o P. C. P. e os seus aliados tinham imposto ao País, depois do 11 de Março, uma transformação socieconómica fundamental. Consistia ela em entregar ao Estado uma porção leonina do aparelho produtivo: bancos e companhias de seguros, indústrias básicas e outras, perímetros de rega, etc. Ora o efeito profundo desta entrega arrisca-se a ser o de justamente minar a capacidade de resistência da sociedade civil perante os públicos poderes, dos quais ficou ainda mais dependente do que já era... De modo que o assomo «antigonçalvista» também pode ser visto como um «canto do cisne», caso se não recriem condições estruturais de vitalidade social e de pluralismo efectivo.

A este respeito temos agora de introduzir uma reserva à opinião acima expendida de que o Estado português se agigantou e centralizou *constantemente* ao longo de toda a parábola do deposto regime. E a reserva é esta: a de que, nos seus últimos anos, tinham despertado em Portugal (pela vez primeira nos tempos modernos, e se exceptuarmos o caso muito peculiar da Igreja) alguns corpos sociais realmente fortes e capazes de autonomia nas relações com o Estado. Refiro-me, obviamente, aos maiores grupos capitalistas, crescidos, se não nascidos, à sombra do paternalismo salazarista; e, enfim, aparecidos a demandar alforria, ou mesmo a querer (e conseguindo às vezes) mandar em quem neles mandara. O Estado não deixou de alastrar sob Marcello Caetano e já vimos até [23] que o próprio Governo, na revisão constitucional de 1971, mal-grado certas concessões reais e outras aparentes, se reforçou um pouco mais. Mas não no costumeiro sentido de uma ostensiva e discricionária potência, antes esboçando (timidamente) novos mecanismos normativos, propiciatórios de uma mais subtil e dialogante hegemonia. É que os equilíbrios sociais se tinham profundamente alterado — e com eles as condições mesmas do exercício do poder. Do Salazar «se ele soubesse» ao Marcello «se ele pudesse» a diferença era grande. E augurava mal da autoridade do segundo: *in tempore belli,* foi até esse, para o Estado Novo, o princípio do fim. A evolução fazia-se num sentido liberalizante (não obstante nada ter com o velho *laissez-faire,* que em todo o mundo morreu); e, se o pluralismo político não conseguiu romper decisivamente, apertado, como estava, o regime entre a Europa e a África, a quotidiana realidade portuguesa já era plural — e policêntrica.

[23] *A Evolução do Sistema Corporativo Português,* vol. II, cap. VI.

Policentrismo capitalista? Decerto: Mellos, Champalimaud, Espírito Santo, Cupertino, Bulhosa... Mas capitalismo que, de acordo com Karl Marx, trazia consigo um inevitável desenvolvimento das classes trabalhadoras, com reforço, a prazo, dos seus organismos representativos. Era possível retardá-lo, mas não impedi-lo, pois o próprio sistema económico, para funcionar e se expandir e europeizar, requeria uma mais autêntica «concertação» dos parceiros sociais — e deles com o Estado.

Nesse trabalho de 1971 — em que este aspecto das coisas foi salientado, mas não aprofundado como devia — avancei uma hipótese interpretativa da «liberalização» em curso. Tratar-se-ia, para Marcello Caetano, de ensaiar a «passagem de um corporativismo a outro». A saber: do fascista ao não fascista; de uma colaboração de classes e grupos sociais imposta pelos poderes públicos e estreitamente fiscalizada por eles a uma outra em que a coacção se dobrasse de voluntário consentimento e em que este acabasse por predominar; com o Estado presente sim, mas a melhor distância. À sua maneira, Salazar reconhecera um dia o carácter largamente artificial e forçado da construção corporativa, em que as corporações tardaram vinte anos e, quando vieram, começaram por não funcionar... Argumentou, na sua, que a revolução legal tivera de preceder a mental. Desejava que a ficção, uma vez mais, engendrasse o real, que os mecanismos corporativos acabassem por adquirir, enfim, uma autenticidade — e, com ela, uma legalidade — que de raiz não tinham. Quando Marcello Caetano chegou, algumas corporações já tinham começado a funcionar, manifestando até, por vezes, um certo autonomismo, sobretudo a da indústria; e ia completar-se a densa rede dos organismos primários (os grémios faltosos, as casas do povo...), enquanto a Previdência dava alguns passos em frente. O desenvolvimento capitalista português estaria, enfim, produzindo os parceiros sociais adequados e as margens de lucro necessárias a uma interessante colaboração de classes.

Ao avançar esta hipótese, julguei — e, como adversário, temi — que a estratégia marcellista bem podia passar, de tal modo uma primeira análise revelou a recorrência dos temas e das soluções em toda a largura do campo (da organização corporativa à Previdência, do direito do trabalho ao condicionamento industrial, à coordenação económica e à própria Constituição), no âmbito daquilo que me parecia ser o fruto de uma vaga de fundo social e corresponder a um claro desígnio político. E talvez correspondesse. Mas logo se entibiou na prática, após a promissora arrancada inicial de 1968-69. Em 1970, já o regime recuava — sobretudo no campo sindical e no da contratação colectiva —, avançando as suas polícias. E, embora continuassem a registar-se aqui e ali melhorias avulsas, sucedeu que todos os indícios rapidamente se baralharam, com a renovação e a continuidade empecilhando-se uma à outra, em vez de mutuamente se servirem. Predominou então a ideia de que a questão colonial e as previsíveis agruras da concorrência económica europeia iam refrear duravelmente o marcelismo. E tive de concluir o meu estudo pelo palpite de que a situação portuguesa podia «exigir remédio mais ardente do que

o novo curso marcellista». Mas acrescentei que certos problemas fundamentais, em todo o caso, permaneceriam, ninguém sabendo até se «o salazarismo essencial não será um daqueles rios, como o Guadiana, que a certa altura mergulham nas entranhas da terra para reaparecer um pouco além...» [24]. Ora, com efeito, o remédio ardente veio, mas os problemas fundamentais permaneceram, como previsto, apesar da revolução e por causa dela.

Chegados a este ponto, os meus leitores já terão pressentido onde é que se realiza o decisivo enlace entre os vários elementos interpretativos, até agora dispersos, que tenho vindo a acumular. E é obviamente ao nível das relações entre o Estado e a sociedade civil, compreendendo as que têm por objecto as actividades económicas, os serviços sociais e também os poderes e o poder políticos. Numa simplificação inaugural, pode dizer-se que, relativamente ao regime anterior, *a ruptura* consistiu numa brusca alteração qualitativa do sistema socieconómico, tendo Portugal passado de um capitalismo privado dominante a uma economia mista; a qual, num primeiro momento, se anunciava como submetida ao sector público e tenderia até para o capitalismo de Estado *tout court;* ao passo que hoje atravessa uma fase perplexa, dando alguns sintomas de recuperação e reequilíbrio da iniciativa privada. O que não equivale, como já se disse, a julgar que se prepara uma restauração... *Ao passo que a continuidade,* para além da contínua expansão do Estado, se verifica sobretudo a dois níveis: o da necessidade em si mesma (estrutural) de se organizar uma colaboração permanente e orgânica das classes e grupos sociais; e o do carácter que essa colaboração assumirá. Por ora oscila, como dantes (num estado de indefinição orgânica, naturalmente), entre um modelo autoritário e outro consensual. Mas está em circunstâncias, já veremos quais, que talvez favoreçam a pior das linhas, reclamando como nunca um grande sentido político da medida e uma arte consumada da (re)construção. De outro modo, a continuidade será tão-só a do absolutismo estadual, que já deu mais alguns passos de gigante.

Poderia achar-se estranha esta insistência em considerar que o tema da colaboração de classes continua, no Portugal de 1977, a ser um tema central. E é estranha, com efeito, à vista da Constituição e dos partidos dominantes que temos e que todos lançaram o corporativismo nas trevas exteriores ou, pelo menos, se abstêm de o repropor como forma de organização. Mas sucede que as motivações ideológicas e os interesses partidários nada podem contra as mais profundas exigências económicas, sociais e políticas. E a simples consideração de duas verdades ao alcance de toda a gente bastará para assentarmos na legitimidade da terminologia que persisto em utilizar. Fala-nos a primeira da inexistência de uma classe ou grupo social hegemónico. Após três anos de revolução, nenhuma nova nem velha hegemonia está sequer à vista que seja o fruto de uma consistência própria e não dependa fundamentalmente, para se impor, de uma *prévia* ascen-

[24] «A evolução...», in *op. cit.*, p. 196.

são no aparelho de Estado. De resto, nenhum grupo ou classe está capaz de nele ascender sozinho... A burguesia histórica admitamos lá que verdadeiramente existiu e que ressuscita: tem, no entanto, para uma longa convalescença. O advento de novas camadas tecno-burocráticas também precisa de tempo. E, quanto às classes trabalhadoras, cuja unidade é problemática, voltaram à defensiva, numa conjuntura económica preocupante. Ora a segunda verdade vem precisamente por aqui.

O esforço de recuperação económica é inadiável, por muito que se persista em adiá-lo um pouco mais. E sabe-se que levará vários anos até frutificar. Durante esses anos, e de uma maneira ou de outra, os Portugueses vão ter de fazer um grande esforço colectivo e de limitar ao máximo os seus conflitos de interesse, em nome do interesse nacional. Numa situação de relativo equilíbrio entre eles, que quer tudo isto dizer senão que as várias classes e grupos sociais também vão participar nessa árdua tarefa, colaborar orgânica e permanentemente, a todos os níveis, sob a égide de um Estado atento e zelador? Ora o corporativismo consiste precisamente nisto e resulta de um primado do interesse nacional, que *a priori* delimita o espaço dos interesses particulares e das respectivas paixões. Sempre que tal delimitação se institucionaliza, não há que hesitar sobre o género próximo. O mais dirá meramente respeito às diferenças específicas, por muito que elas sejam enormes, podendo os vários corporativismos dar-se entre si como o gato e o rato, o bem e o mal...

Isto posto e bem assente, é aliás das diferenças que agora vamos falar.

e) O NÓ DO PROBLEMA

Nos próximos meses e anos, os combates decisivos travar-se-ão em torno da reestruturação e arranque do combalido sistema produtivo português. E ou se define e desenvolve uma economia deveras mista (no sentido do efectivo equilíbrio e da real competição entre as suas partes), ou se retoma a via jacobina das intervenções e das nacionalizações, a caminho do capitalismo de Estado. No primeiro caso teremos um sector público extenso, mas precisamente delimitado, com empresas sujeitas à concorrência, devidamente responsabilizadas pelos resultados que obtiverem e dotadas de autonomia, embora no quadro de um plano para elas imperativo ou de contratos-programa celebrados com o Estado. Reagir-se-á contra o unicitarismo, a mania de se fundirem numa só todas as empresas públicas de um mesmo ramo; e tornar-se-ão, de resto, raros os ramos fechados à iniciativa privada ou em que ela só muito dificilmente possa penetrar. Sobre o capitalismo privado deixará de pesar qualquer ameaça de expropriações ou intervenções arbitrárias — obtendo-se a sua necessária subordinação aos interesses nacionais de dois modos: directamente, só por vias democráticas e normativas, não discricionárias; e, indirectamente, através dos incentivos e penalizações do plano, bem como pela concorrência das empresas públicas. Entre estas e as privadas poderá, aliás, ser incentivado (sobriamente)

um sector cooperativo; e dar-se-ão, é claro, formas híbridas (empresas mistas), fruto de uma constante interacção, sem a qual não parece viável, a curto/médio prazo, uma consistente arrancada económica. Com efeito, nem o público nem o privado estão à altura de, sozinhos, fornecerem um grande motor — e toda a discussão disjuntiva acerca deste ponto parece vã.

A economia mista abrirá, além disso, uma via democrática de reformas sociais, decerto insatisfatórias porque realmente limitadas — e em que a intervenção das classes trabalhadoras se arrisca, durante bastante tempo, a assumir certo carácter subordinado... Mas atenção: preservada a sua liberdade de organização e garantido um significativo espaço de contestação e de reivindicação, seria uma apetecível subalternidade essa, uma potência, se comparada com a postura passiva que costumam assumir (atentas, veneradoras e obrigadas) nos capitalismos de Estado, sobretudo nos de fachada socialista. Em economia mista haveria, aliás, de prosseguir a ligação à Europa: donde uma articulação de longo curso com as lutas sociais e políticas de outros países, voltando o nosso as costas às miragens de um pseudo-socialismo isolado. O saudável amadurecimento das classes trabalhadoras portuguesas só teria a ganhar com isso.

No segundo caso, o Estado — aproveitando a crise que se anuncia — poderá engolir de chofre mais algumas grandes fatias e tutelar de perto o que restar, preparando-se para uma progressiva nacionalização de quase tudo. Far-se-á aclamar como flagelo do capitalismo e coveiro da burguesia, antecâmara do socialismo paradisíaco. Mas cairá nas mãos de uma tecnoburocracia ainda menos competente (e muito mais repressiva) do que os velhos patrões, à fé da simples palavra de honra de, no incerto futuro, ela entregar todo o poder ao povo... É a via autoritária, que admite variantes e se reclamaria do socialismo ou não: a versão pró-soviética parece neste momento de excluir, mas uma experiência «arabizante» (isto é, bem portuguesa) já não. Naturalmente, o crescimento económico do País ressentir-se-ia bastante — e quer no ritmo quer na qualidade — com a estatização. Mas há que reconhecer duas coisas ao fazer desta inamistosa previsão. A primeira é a de que o «impossível» retorno ao sistema vigente a 24 de Abril não constituiria uma alternativa encorajante, nem do ponto de vista do sistema económico nem no plano das instituições e liberdades políticas. E a segunda é a de que, se o capitalismo de Estado se mostrar patriótico, não estará condenado ao isolamento interno; e, em não sendo pró-russo, conseguirá provavelmente certa aceitação internacional. Enfim, pode vir a dar-se até o caso de nem sequer assustar, ao princípio, a maioria dos democratas, se vier pé ante pé e eles estiverem dormindo.

Aí ficam as duas alternativas ideais. Entre elas, o nosso génio das meias-tintas certamente tentará — e até certo ponto conseguirá — não optar. De resto, elas constituem um limite; e um limite é um ser que nunca será. Mas, porque na tensão entre ambas se joga o nosso destino colectivo, nenhuma análise concreta deverá perdê-las de vista, na sua conveniente abstracção.

Vinda nos braços de uma grave crise e da correlativa urgência de proceder à recuperação económica, qualquer destas soluções ideais comporta um neocorporativismo. Qualquer delas terá de resolver, com um mínimo de coerência e de estabilidade, o problema da colaboração das classes e o (não menos urgente) da articulação das organizações socioprofissionais com o Estado. Ora já sabemos que estas coisas podem passar-se de uma forma pluralista ou de outra monolítica, doseando diversamente a coacção e o livre consentimento. Digamos, pois, que, consoante as circunstâncias, nos vamos lembrar mais de Salazar ou de Marcello Caetano no decurso das provações que se aproximam. Não é bem isso, mas um pouco. A história, que não se repete, superabunda na produção de situações análogas, e por isso lhe chamam a mestra da vida. No fundo, estamos hoje perante algumas dificuldades semelhantes às que o Estado Novo teve de resolver. Ora interessa tomar consciência de que a situação presente é de longe mais delicada. Corrigindo dinamicamente a comparação acabada de efectuar, digamos que o futuro regime português, se não conseguir ser muito mais ágil que o de Marcello, ficará bem menos aberto ainda que o de Salazar. Senão vejamos algumas boas razões de inquietude:

a) As primeiras são conjunturais, mas não de curto prazo, Refiro-me à actual crise económica, bem mais grave do que a dos anos 30. Faz-se, além disso, acompanhar de uma crise de identidade nacional de consideráveis proporções, amassada em ressentimentos fundos e nas contas por ajustar da descolonização. A violência que se pressente acumulada, e acumulando-se, por essa e outras razões, talvez seja de uma ordem até agora desconhecida em Portugal. Em todo o caso, constata-se uma falta de projecto colectivo capaz de canalizar o bem e o mal, cujo suprimento, se tardio, dificilmente se acomodará com liberalismos...

A este respeito deve, porém, notar-se que — e mesmo a supor que Portugal, enquanto nação independente, tenha entrado no ocaso (o que não é certo) — a gente que neste país habita não tem ultimamente perdido vitalidade. Sobretudo, não tem perdido o apetite. Muito ao invés, sucede que os Portugueses, bastante mais vivos do que dantes, estão renegando da resignação cristã que tanto os celebrizou, para se lançarem de alma em riste nos partidos e nos sindicatos, onde reivindicam e golpeiam, protestam e exageram. Eis o que, em princípio, nada tem de malsão, muito antes pelo contrário, embora algo se perca em ingenuidade e simpatia nas relações sociais ou se registem lamentáveis coacções e injustiças de sinal contrário às de antigamente. Tudo tem o seu preço. Apenas sucede que, para além de certos limites, que já várias vezes estiveram para ser franqueados, o sindicalismo e a partidarização deixam de constituir estimulantes para se tornarem dissolventes. E, em vez de caldearem liberdades, suscitam respostas políticas liberticidas. Isto é proverbial, mas raramente se aprende.

Pode pensar-se (e eu não estou longe de pensar) que uma certa inaugural irresponsabilidade, bem como a sensação de que tudo seria possível ou ficaria impune — e até a esperança depo-

sitada no favor de «autoridades revolucionárias» e depois na tolerância ou na impotência do Estado democrático —, dão conta de grande parte dos excessos reivindicativos da nossa praça. Mal se veja, porém, que a lei morde mesmo e os empregos se perdem, haverá naturalmente mais prudência, maior sensibilidade aos limites da economia, outra disposição para celebrar compromissos realistas. Tudo somado, a G. N. R. pouco tem precisado de carregar (e nada de disparar) durante as desocupações de terras no Alentejo; e é provável que isto só venha a piorar caso alguma atitude capitulacionista das autoridades faça renascer revolucionárias ilusões. Bom. Mas antever factores de abrandamento reivindicativo é uma coisa. Outra seria, correspondente à mais sinistra inépcia, contar-se daqui por diante com uma brandura dos costumes de ambos os lados igual ou sequer aproximada da que Salazar tão sábia e eficazmente cultivou. Sobretudo se vierem a faltar a capacidade económica ou a flexibilidade política necessárias para que a «concertação» tenha um mínimo de interesse para as classes trabalhadoras. Um novo autoritarismo que eventualmente se instale em Portugal virá à medida de um país que mudou.

b) Em segundo lugar, sucede que o Estado também mudou — e aqui a mudança é estrutural. Tendo-se apropriado de uma considerabilíssima parte do aparelho produtivo nacional, transformou-se no maior dos empresários. Absorveu, além disso, ou tende a absorver, outros consideráveis sectores, como a previdência e a assistência. Ocupa assim «em pessoa», directamente, uma incómoda posição na primeira fila dos grandes conflitos sociais, que *ab initio* o põem em causa. E é servido, em expansão algo anárquica, por uma tecnoburocracia extremamente heteróclita, portanto desunida, coisa que também não facilita nada a manifestação de uma firme mas serena autoridade. Nela estão com efeito por caldear e por equilibrar os civis e os militares, os políticos e os apolíticos, os técnicos, os administrativos e os gestores, a multidão dos recém-chegados e os funcionários oriundos da antiga rotina. Acresce que os candidatos se multiplicam muito mais depressa do que os lugares: a mesa do orçamento nunca foi tão comprida nem tão curta; quase todo o pessoal de antigamente permaneceu, o da ex-oposição avançou, o das antigas colónias tenta realojar-se, o dos extintos organismos corporativos reflui; e os sistemas escolar e partidário fornecem novas legiões, pontualmente. Os resultados de tudo isto não são famosos. Por estas paragens desenham-se problemas muito graves.

Não é nada certo que a competência fosse maior antigamente. Nem terá porventura grande interesse apurar se o era ou não. Aquilo de que não restam dúvidas é de que os seus efeitos, onde exista, hão-de agora ser piores. Por um lado, a concorrência acirrada não perdoará nenhum deslize e é capaz de os inventar onde faltem. Por outro, *noblesse oblige:* o novo Estado glorifica-se como uma providência, multiplica as próprias funções, promete vida nova a prazo e diz que, entretanto, vai remediar a que há. Mas pode ser que tarde a alcançar este último objectivo, que é o pri-

mordial. E, se o atingir, talvez a opinião pública lho não reconheça nem agradeça, pois se acha com direito a muito mais.

Em condições de exercício do poder tão notavelmente alteradas, ainda não houve tempo bastante (nem espaço político) para assentar e desenvolver plenamente um novo estilo de governo e de administração. Os noveis aparelhos, muito instáveis na sua composição (ou, pelo menos, na distribuição interior das tarefas e dos poderes), ainda hesitam quanto ao rumo a tomar. E enquanto nem o semiparlamentarismo nem o semipresidencialismo se decidirem, o panorama não deve clarificar-se substancialmente. Mas já desponta com suficiente nitidez um espírito neoburocrático, cujas características se podem descrever. É animado, em certos escalões superiores, por uma melancólica e descarnada paixão de servir, em outros pelo mais impenitente e solar oportunismo, em outros, enfim, pela *vis* jacobina e geométrica que alguns socialistas herdaram da 1.ª República ou de autores franceses. Nem todas estas coisas se casam bem — e não estou a ser exaustivo ao enumerar diferenças que podem gerar oposições. Mas oposições relativas: tudo isto voga nas altas esferas (onde já quase não há libertários e diminuem sensivelmente os liberais), não sendo depois incompatível com características médias difusas, de cima a baixo. E que são: uma avidez incauta e aventureirista; uma vocação (não obstante) de doutoral aprumo e acaciana respeitabilidade; a consequente tendência para a fuga às responsabilidades e o temor pânico da mínima contestação... Os súbditos que se guardem.

Cada um de per si, não parecem traços novos. Mas atenção: a dosagem deles, o carácter que formam e que talvez seja inédito (a calhar para uma espécie de «burguesia de Estado»), vão ao encontro de um pendor objectivo muito acentuado, de uma situação das próprias coisas, cujas necessidades «naturais» se arriscam a coincidir com as conveniências «artificiais» do novo pessoal dirigente. Tomem-se um aparelho produtivo em *panne* e prestes a gripar; uns partidos políticos cujas obscuras querelas sobre remédios e males tenham fatigado o público; e, finalmente, um Estado a precisar de ser urgentemente refeito porque estiveram quase a dar cabo dele. Num tal preparo, a tentação autoritária, se não totalitária, tem de ser grande e de crescer com as angustiantes carências quotidianas e os agudos conflitos por resolver. Não me refiro apenas, nem sequer principalmente, ao uso do bastão contra movimentos de massas. Tendo em mente um sector público e nacionalizado como o nosso — e aquela posição na primeira linha de fogo a que o Estado-patrão já não escapa —, é óbvio que lhe conviria sobretudo «prevenir» — e não tanto «reprimir» *ex post facto* — movimentos desses, impedindo-os de nascer ou matando-os à nascença. E mais ainda: como do pão para a boca, as autoridades precisariam de mobilizar consideráveis energias para levar a bom porto todas as ciclópicas tarefas a que se lançassem para salvação do País e justificação de si mesmas. Ora tudo isto só se obtém quando, de uma maneira ou de outra, se atrelam ao dito Estado as organizações socioprofissio-

nais (ou outras) onde os interesses particulares, e nomeadamente as reivindicações de classe, crescem e aparecem.

Numa solução assim — a que porventura se chegasse por etapas; e que a princípio se acomodasse com as aparências da democracia e do pluralismo — podem inextricavelmente convergir, numa hora de aperto, os competentes e os incompetentes, os abnegados e os oportunistas, a inércia burocrática e o verdadeiro sentido do Estado: para «menor mal» de uma nação à deriva e relativo sossego de opostas classes esfalfadas. É assim que os regimes autoritários acabam por tornar-se inevitáveis.

É claro que ainda teremos de voltar a este assunto.

c) A terceira ordem de razões pessimistas é a ordem ideológica, onde a confusão impera. A ideologia do Estado português, formalmente consagrada, é o socialismo. Mas não há consenso doutrinário sobre ele: encontra-se dividido entre inconciliáveis escolas, nenhuma delas conseguindo obter no País apoio maioritário ou, de qualquer outro modo, impor uma interpretação coerente das promessas constitucionais. Daí uma constante oscilação, um compromisso algo informe de soluções antagónicas, quer no plano das instituições, quer no da política económica e social, quer até no das relações exteriores. É verdade que o leque das grandes opções globais se foi restringindo significativamente: depois do 25 de Novembro, e com a entrada em vigor da Constituição, os modelos de inspiração bolchevique, por vezes salpicados de umas tintas vagamente libertárias, de «poder popular» parecem excluídos do adivinhável futuro. E as sugestões terceiro-mundistas e militaristas também perderam muito pé. Mas já aqui certos discursos talvez estejam para ser retomados, mediante adaptações. E da própria versão comunista, pró-soviética, que foi derrotada como solução de conjunto, ainda sobram alguns importantes elementos dispersos, que mantêm uma forte pressão em determinadas áreas sociais — e mesmo sobre o próprio Estado: há, por exemplo, um «gonçalvismo social» que sobreviveu amplamente ao político e cuja influência nos sindicatos, no ensino e mesmo em certos sectores da governação ainda não deixou de se fazer sentir. Nem é por acaso que nas «conquistas revolucionárias» do 11 de Março, mesmo nas mais espúrias, poucos ousam tocar sem uma espécie de religioso temor.

E, se considerarmos as correntes do socialismo moderado ou democrático, que dir-se-ia terem o vento em popa, também facilmente descortinamos que o entendimento nem sempre é sólido entre os sociais-democratas liberais, os socialistas jacobinos, os autogestionários e alguns confusos cristãos...

Do ponto de vista de qualquer preciso socialismo, cuja filiação doutrinária se pretendesse límpida e cujos objectivos programáticos gostassem de primar pela nitidez, esta situação teria de considerar-se aberrante, deprimente e sem futuro algum. Mas a mesma salada ideológica já pode perfeitamente convir à outra coisa. A saber: ao capitalismo de Estado de fachada socialista ou socializante, à sombra do qual se iria criando uma nova «classe» dirigente. Nesta linha, já a heterogeneidade costuma ser benvinda, garantindo vastas cumplicidades e a penetração, por

múltiplos canais, no tecido social. A propósito, cumpre relembrar que o regime corporativo também teve os seus liberais (na economia e na política); os seus jacobinos, cultores de um Estado laico e centralista; o seu integrismo; e mesmo uma esquerda com católicos sociais e sindicalistas por vezes «autogestionários», certos homens do corporativismo de associação, que veleitoriamente se contrapunha ao de Estado... Acabou evidentemente por consistir num equilíbrio de insatisfações; mas duradouro, sob a égide de governos fortes e dos homens providenciais que oportunamente apareceram.

Considerando esta fortaleza — e pelo que a Portugal diz respeito —, há que temer que ela venha a revelar-se bem mais violenta do que nos tempos de Salazar. Já atrás aduzi algumas das razões que mo fazem temer e não vale a pena repeti-las. Mas acrescentarei as que relevam do próprio foro ideológico e seus arredores. E que são: em primeiro lugar, a boa consciência de um Estado socialista, que já nacionalizou tanta coisa de alguns, quando (em nome de todos) venha exigir sacrifícios aos trabalhadores em particular e aos cidadãos em geral; em segundo lugar, a manifesta ausência de princípios firmes, capazes de enquadrar estavelmente (e por aí limitar) a repressão; e, em terceiro lugar, a perda dos elementos tradicionalistas da legitimidade. Deve acentuar-se este último ponto: o assumido conservadorismo salazarista sempre contou com a pronta obediência de vastos sectores da população. Ora a revolução, a torto e a direito, veio fomentar a crítica, da qual aliás descende. É muito mais difícil transformar do que conservar; a inércia, que num caso serve, empata no outro; e a passividade, benvinda ali, tem de ser vigorosamente combatida aqui. Mais uma razão para reservarmos o nosso prognóstico sobre o destino da jovem democracia portuguesa.

Resumindo e recapitulando o que atrás fica, dir-se-ia até que estamos perante uma emergência das condições mesmas do fascismo — e desta vez de um fascismo *com movimento fascista* [25], pois as massas estão com outra força, muito maior do que no tempo em que Salazar as domou. Gravíssima crise da economia e humilhação nacional; confusão ideológica extrema e ausência de uma qualquer hegemonia civil; imoderado alastramento do Estado e colapso das mais poderosas instâncias interpostas entre o poder político, as colectividades intermédias e os cidadãos... Nenhum destes sintomas é bom. Todos eles têm o seu lugar na constelação das tiranias.

Em termos de rigoroso determinismo socieconómico, a causa já estaria provavelmente entendida. Politicamente não está, por várias razões que afloram no próximo capítulo, relativo à estrutura constitucional. De entre elas avultam: a conjuntura internacional, que por ora é desfavorável às ditaduras; o predomínio das ideias e projectos democráticos, a tão curta distância ainda do salazarismo e do gonçalvismo; a possibilidade de se reconstituírem, com relativa rapidez e apoio estrangeiro, uma economia

[25] Sobre a minha definição do *salazarismo* (um «fascismo *sem* movimento fascista») ver «A evolução...», in *op. cit.*, pp. 28 e segs.

mista e um certo policentrismo social. Mas o aproveitamento destas condições favoráveis — que teria de ser rápido — depende de um adequado funcionamento do sistema político. E não só do funcionamento: a própria forma que este sistema, enfim, assumir reagirá sobre o fundo, sendo bem capaz de o sobredeterminar. Muita coisa vai, por exemplo, depender da evolução do nosso semipresidencialismo, o qual dá mostras de se não querer ou não poder ficar pela metade. Mas tornar-se-á populista? Dispensará os partidos? Limitar-se-á a discipliná-los, mas colaborando com eles? Militarizar-se-á? Há uma *tendencial* afinidade entre os tipos de presidencialismo e a orientação a imprimir ao sistema socioeconómico, largamente dependente, hoje em dia, dos intrincados factores políticos. Um presidente-ditador ficaria bem nas derrapagens a cuja possibilidade aludi. E poderia então agir, quer no sentido da «restauração» do capitalismo privado dominante, quer, pelo contrário, no de um salto em frente pela construção do socialismo — entendida esta como forma extrema e ideologicamente alinhada do capitalismo de Estado... Ao passo que uma chefatura do Estado poderosa, mas constitucional (e compatível com o pluralismo partidário), se adequaria provavelmente ao jogo da economia mista. Quanto ao bonapartismo, trata-se de uma figura de transição mais próxima às vezes da ditadura e outras da democracia «burguesa» — e que tradicionalmente oscila entre o intervencionismo e o liberalismo económicos...

Eis algumas questões — e uma sedutora hipótese — que por ora têm de ficar em suspenso. Esta introdução teórica já vai longa e começa a padecer de uma certa sobrecarga temática. Antes de prosseguirmos, há que perspectivar um pouco melhor todo o restante trabalho.

5. PLANO E MÉTODO

Os precedentes parágrafos nada provaram nem pretendiam provar. Apenas alinhei algumas ideias que me pareceram aptas a explicar aspectos decisivos da revolução portuguesa; a situá-la no vasto mundo e na nossa história peculiar; e a colher-lhe ou adivinhar-lhe os pendentes ou vindouros frutos. Como já disse, essas ideias resultaram de um primeiro encontro com a matéria, orientado pela leitura de alguns mestres (Tocqueville, Weber, Marx, Fernando Pessoa) e amassado na experiência política do autor ao longo destes anos. Seria, pois, inútil negar que uma parte das reflexões produzidas decorreu a um nível pré-científico, onde muita coisa aliás se decide (lá diz o poeta que «no meu princípio está o meu fim») e onde a intuição e a especulação predominam. Todavia, e na medida em que os diversos temas tratados foram dando mostras de formar um todo, de uns com os outros harmoniosamente se articularem numa só visão de conjunto — nessa medida já deixaram de ser meras impressões e opiniões subjectivas. Ainda não são certezas. Mas transformaram-se em verdadeiras hipóteses teóricas, por certo falíveis, mas logicamente consistentes e, como tal, consideráveis.

Do grau da consistência, cada leitor julgará, não me cabendo neste momento insisti nisso. Sem alguma presunção, não daria o passo seguinte, o qual consiste na submissão das hipóteses à prova dos factos, que no nosso caso são relativos a várias séries de instituições: constitucionais, socioprofissionais e juslaborais, previdenciais e assistenciais, etc. Procurando não deixar de fora nenhum que seja deveras importante (sobretudo se incómodo), veremos se todos eles se deixam ou não enquadrar pelas explicações que atrás esbocei.

Dir-se-á talvez que o quadro teórico a partir do qual um investigador opera, bússola sem a qual se perderia, lhe sugere sempre uma leitura «facciosa» do material empírico, tendendo a seleccioná-lo *pro domo sua*; e, por conseguinte, a banir as realidades mais rebeldes ou «inconvenientes». Eis o que sucederá tanto mais quanto mais preciso o enquadramento for... Ora eu não concordo lá muito com este receio, que, levado às do cabo, é paralisante. E até acho que o movimento natural (no seu artifício) de uma boa teoria é o de, pelo contrário, abranger toda a largura do campo, explicando cada coisa e o seu contrário, compreendendo de certo modo as próprias incertezas registadas e nunca impondo uma só solução. No corpo teórico até agora exposto, a maior e mais sedutora virtude reside em que ele nos permite encarar a revolução portuguesa no que muda e no que queda, na sua seriedade e no seu ridículo, na sua veleitária autenticidade, nos vários provincianismos que a habitam (os provincianos e os estrangeirados) e também na significação universal de que talvez se revista. Por outro lado, não ficamos obrigados a identificar com o Mal as tendências que nela mais detestamos, antes lhes reconhecemos à partida uma suficiente razão de ser neste país intermédio. E não profetizamos o que vai acontecer amanhã, nem nenhuma solução final, boa ou má: aqui apenas se fabrica uma lâmpada de leitura para com ela irmos iluminando os lances de uma luta arriscada e sucessivamente identificando o que provisoriamente prevaleça ao longo de uma dialéctica sem fim.

Portanto — e embora não cultive o mito das arbitragens imparciais —, também me não parece mesmo nada que esteja a caminho de notáveis parcialidades teóricas. Mas nunca se sabe: ninguém pode garantir que dessa água não beberá e, por isso, ainda terei de fazer de cardeal-diabo em causa própria, antes de me submeter à crítica alheia. O que importa é estarem dadas as regras do jogo.

À luz das sobreditas hipóteses e princípios explicativos, a continuação consistirá agora no detalhado exame do desmantelamento da organização corporativa do Estado Novo e das instituições que têm vindo a tomar-lhe o lugar. Ao enumerar os grandes capítulos desse exame, convirá irmos desde já mencionando alguns dos aspectos mais curiosos de cada qual. É assim:

a) Em matéria constitucional avulta, evidentemente, o tema do compromisso. Compromisso aliás duplo: por um lado, entre a revolução e o seu contrário; e, por outro, entre diversas versões do socialismo. Se bem nos lembrarmos, a Constituição de 1933 também não eliminou radicalmente os mecanismos da tradição

sua inimiga, nem definiu com clareza o modelo da construção corporativa. Ora isso teve bastante a ver com a longa «inexistência» superveniente do corporativismo, que, no entanto, lentamente, lá foi lançando raízes. Talvez em socialismo suceda algo no género, sobretudo se ele for herdeiro dos hábitos centralistas e intervencionistas do Estado português...

Este capítulo da Constituição terá de ser breve. Mas o processo produtivo do texto constitucional também não dispensa, em si mesmo, alguma atenção. Pois, embora as tendências neodespóticas tenham deixado uma cicatriz visível no diploma enfim aprovado (e dela partiremos), a verdade é que foram substancialmente reduzidas [26]. O seu esplendor só ficou consignado em certos trabalhos preparatórios fora do hemiciclo, aos quais teremos de fazer uma adequada referência. Refiro-me sobretudo aos pactos M. F. A.-partidos, que se repercutem nomeadamente — e mesmo sem M. F. A. — na problemática capital do presidencialismo.

b) Em matéria de organização corporativa, as tendências neo-unicitárias sindicais (e a estabilidade dos sindicatos primários) suscitarão obviamente grande interesse. A sua mais virulenta expressão foi também a mais coerente e parecia integrar-se num desígnio de apropriação e manutenção (mediante certas adaptações e ao serviço de outros fins) de mais vastos sectores do antigo aparelho. Disso darão testemunho, por exemplo, os projectos que floriram entre Março e Novembro de 1975 em matéria de grémios da lavoura e de organismos de coordenação económica ligados ao sector, respectivamente transformáveis em pré-cooperativas, suscitadas e controladas pelo Estado; e em entes públicos encarregados de comercializar os produtos agrícolas, ou monopolizando o abastecimento dos agricultores em adubos, pesticidas, rações, etc. A prazo, os comerciantes seriam «homens mortos»... Estudaremos tudo isto. Mas muito mais curiosa ainda nos parece a reticência com que, após o 25 de Novembro, se entreabrem — e raramente se percorrem — os caminhos do pluralismo sindical; bem como a profunda perplexidade em que entraram a liquidação dos citados grémios e a reforma dos organismos de coordenação. Através e para além das disputas ideológicas e da luta entre facções políticas (que, sem dúvida, baralham muitas cartas), estão em causa duas coisas: por um lado, a criação de estruturas consistentes, capazes de realmente substituir as antigas no desempenho de funções que podem ser reorientadas ou redistribuídas, mas não suprimidas; e, por outro lado, a definição das relações delas com o Estado, acerca das quais ainda quase não há, em Portugal, doutrina política. Então, no seio de um sistema socieconómico e político cuja basilar incerteza se mantém, o que à primeira vista observaremos é uma correspondente oscilação entre soluções várias, que vão de um moderado *laissez-faire* ao mais pesado intervencionismo. Ora essa osci-

[26] Torna-se, por exemplo, difícil, na vigência do texto, interpretar e «amplificar» as liberdades que ele consagra tão generosamente como Salazar interpretou e «amplificou» as do artigo 8.º de 1933...

lação caracteriza também, *cum grano salis*, as evoluções do sistema juslaboral: despedimentos, greve, contratação colectiva... Será assaz instrutivo seguirmos a querela interior de certos diplomas, nos quais opostos princípios se digladiam; ou constatar a permanência de algumas linhas evolutivas nossas velhas conhecidas (por exemplo: a que das comissões corporativas leva às de conciliação em julgamento; e as que dizem respeito ao processo da contratação colectiva); ou ver, enfim, algo imprevistamente, que as exigências de justa causa nos despedimentos se arriscam a desaguar em concepções institucionais (corporativas) da empresa, inscrevendo-se adequadamente nas perspectivas abertas pelo famoso artigo 18.º da lei do contrato de trabalho de 1969...

A hesitação e a mistura dos géneros constituem portanto os traços aparentes em matéria de direito do trabalho e de organização socioprofissional. Pode ser que uma cuidadosa análise nos venha a revelar uma tendência dominante, desse modo nos facilitando a superação do catálogo das incongruências. Ou pode ser que não, caso em que essa superação será mais árdua. Mas, em todo o caso, quero chamar desde já a atenção para um ponto que me parece da maior relevância. A saber: o de que, quanto à flutuação institucional, erro seria julgarmos que o pendor jacobino, centralista e absorvente, é apanágio de forças derrotadas a 25 de Novembro, com o P. C. P. à cabeça. Daí se extrairia a convicção, igualmente errada, de que a permanência desse pendor se deve apenas à influência que essas forças ainda exercem na sociedade e sobre o Estado. Ora as coisas são muito mais complicadas, como adiante veremos; e o caso da segurança social vai imediatamente dar-nos uma antevisão dessa complexidade.

c) Em matéria de previdência e assistência, a situação (sempre à primeira vista) afigura-se, com efeito, radicalmente diferente da que temos vindo a referir. Pois, em vez da profunda hesitação institucional, nos achamos perante um só desígnio, aparentemente triunfante, que é o da construção de um sistema unificado de segurança social. Esse desígnio consta do programa do primeiro Governo constitucional e tem efectivamente animado uma abundante produção legislativa. Abundante e coerente, pois os mesmos princípios se repercutem por toda a parte: em matéria de organização, de esquemas, de financiamento, de articulação com a saúde pública, de promoção das populações rurais, etc., a música não varia. Eis uma «coisa rara», suficientemente rara para que sobre ela tenhamos de nos debruçar com muita atenção. Por agora limitar-nos-emos a duas ou três indicações.

A primeira retoma o tema da continuidade e da ruptura. O sistema unificado concebe-se hoje qual sistema em vias de absorção pelo Estado. Ora, como atrás vimos [27], também se registou um movimento neste sentido ao longo do deposto regime, que, no entanto, lhe opunha múltiplas e fortes resistências. A revolução terá sido, pois, necessária para que esse movimento prosseguisse e tendesse a consumar-se; acarretando aliás o cumprimento, em acelerado, de algumas promessas contidas na Lei n.º 2115, de

[27] «A evolução...», in *op. cit.*, pp. 153 e segs.

1962... Salazar pouco a tinha aplicado. Marcello Caetano é que já deu alguns passos mais largos, mas numa preocupação de equilíbrio financeiro que viria a desaparecer.

A segunda indicação diz-nos que a integração da segurança social no Estado se faz acompanhar de uma crise (quiçá declínio) das associações de socorros mútuos, das instituições privadas de assistência (a começar pelas misericórdias) e, enfim, noutro plano, das casas do povo, entidades todas elas cujas perspectivas de subsistência ou de autonomia não são famosas. Numa versão benigna, a segurança social integrada poderá vir a ser compatível com um rigoroso sector privado assistencial e previdencial. É essa, aliás, a doutrina da Constituição. E as casas do povo também teriam um lugar ao sol (ao assegurarem certos serviços públicos) como instâncias de animação cultural. Mas não é isso o que de imediato se antolha e a evolução contrária também por vezes se perfila no horizonte, independentemente das melhores intenções. Numa hipótese maligna, o serviço público contribuiria, ao crescer, para a ruína do que resta de iniciativa privada ou popular e de autonomia local, no quadro de uma completa absorção ou de uma sufocante tutela estadual.

Serviço a vários títulos integrado [28], a segurança social quer, enfim, tornar-se um sistema totalmente unificado. E esta é a terceira indicação a reter desde já: unidade da previdência e da assistência; esquemas comuns aos funcionários públicos e a todos os restantes trabalhadores; caixas únicas, acabando com todo e qualquer particularismo de profissão ou empresa; e, enfim, logo que possível, uniformidade de todas as prestações... Ora este projecto, no seu extremo e ambicioso rigor, não pode ser considerado «gonçalvista». É, como dissemos, o do primeiro Governo constitucional e o do Partido Socialista, desejando-se mui sincera e democraticamente participado e descentralizado. Numa primeira fase, porém — que se não sabe quando acabará —, a segurança social que se esboça antes se arrisca a prefigurar um socialismo de Estado, muito pouco associativo. É natural, repare-se, que ela venha a desenvolver-se notavelmente, nas dinâmicas mãos em que está, se conseguir vencer as primeiras crises de crescimento. Mas votada ao paternalismo: a princípio (um longo princípio), a descentralização será de certeza limitada, a participação subalterna e provavelmente pequena. Por duas razões: por se tratar de uma construção governamental e assaz geométrica; e por colidir com muitos interesses e hábitos corporativos, que só uma grande firmeza conseguirá levar de vencida. A análise das resistências encontradas pelo desígnio unificador (nomeadamente ao nível das caixas próprias de certas actividades e de certas empresas) constituirá, de resto, uma excelente ilustração da diversidade das classes trabalhadoras — e de como uma sólida convergência delas

[28] Como adiante veremos, o conceito de sistema integrado recobre várias significações, nem sempre envolvendo uma absorpção pelo Estado. Quanto ao sistema unificado, pode talvez considerar-se, na acepção dominante (oficial), como correspondente a uma espécie de apogeu da integração.

nunca se confundirá com místicos unitarismos. Pois tem de ser obra política, capaz de reconhecer e de assumir importantes conflitos de interesse.

Mas não antecipemos mais. Espero que estas sumárias indicações bastem para sugerir o enlace dos próximos capítulos com os temas versados nesta introdução, do concreto que aí vem com o abstracto que aqui fica. Com efeito, a minha abordagem teórica pouco sentido fará fora do constante vaivém entre ambos, que um pelo outro se apuram e aferem, numa discussão aberta a quem mais nela queira entrar. Oxalá os interlocutores sejam numerosos e ardentes.

(Continua)